

GOLDEN

RELATÓRIO & CONTAS 2016

GOLDEN[®]
ASSETS



RELATÓRIO & CONTAS 2016

Golden Assets - Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.
Avenida da Boavista, 2427/29, 4100-135 Porto
NIPC/C.R.C. Porto 502 538 430
Capital Social 500.000 Euro

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GOLDEN ASSETS - SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S.A.

Introdução

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o relatório de gestão da atividade da Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (“Golden Assets”), as demonstrações financeiras bem como a proposta de aplicação de resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

ÍNDICE

06

MENSAGEM CEO

HIGHLIGHTS 2016

08

10

MODELO
DE NEGÓCIO

ESTRATÉGIA

INDICADORES

ENQUADRAMENTO
MACROECONÓMICO

GOVERNANCE

24

30

ATIVIDADE

PERSPETIVAS

31

31

PROPOSTA DE APLICAÇÃO
DE RESULTADOS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

31

32

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL
ÚNICO GOLDEN ASSETS

55

56

CERTIFICAÇÃO LEGAL
DAS CONTAS GOLDEN ASSETS

MENSAGEM CEO



“ A GOLDEN ESTÁ BEM POSICIONADA PARA ENFRENTAR MERCADOS VOLÁTEIS E DESAFIANTES, MANTENDO UMA POSIÇÃO FINANCEIRA SÓLIDA E A LIBERDADE PARA ENCONTRAR AS SOLUÇÕES QUE RESPONDEM, UNICAMENTE, AOS INTERESSES DOS NOSSOS CLIENTES. ”

António Nunes da Silva
Presidente do Conselho de Administração
Chief Executive Officer

Acreditamos que traçar o futuro é um desafio e que as opções de hoje são o começo. Estamos alinhados única e exclusivamente com os objetivos dos nossos clientes, protegendo o seu património e aconselhando, de forma independente, numa relação que se exige de confiança e absoluta transparência.

Como grupo financeiro, atingimos os mil milhões de euros de ativos em acompanhamento dos nossos clientes particulares, empresas e institucionais, o que se traduz numa enorme responsabilidade em encontrar sempre as melhores soluções, de acordo com o perfil e exigências de cada um.

2016 foi um ano muito importante da nossa história, com o desempenho de uma atividade dinâmica que provou ser eficiente. Obtivemos boas rentabilidades para os nossos clientes e estamos no top 3 quando comparadas com a rentabilidade da concorrência nacional e internacional. Com mais de 5000 reuniões realizadas com clientes e potenciais clientes, crescemos 68% em novo negócio, quando comparado com o ano de 2015.

Hoje, podemos afirmar que 75% dos nossos clientes recomendariam o nosso serviço de Advising, resultado do inquérito realizado e que nos coloca num patamar de elevada excelência na prestação do serviço.

A Golden é o resultado de uma equipa excecional, alinhada e comprometida com os princípios e valores que nos fizeram crescer desde o ano de 2000. Estamos no Porto, Lisboa, Faro e desde este ano no Funchal, promovendo relações verdadeiramente duradouras e de absoluta proximidade.

16 anos de experiência fazem-nos ter certezas das nossas convicções e orientações para bem aconselhar os nossos clientes, com uma estrutura acionista que se tem mantido estável e uma equipa diligente e dinâmica na prestação do serviço.

A Golden está bem posicionada para enfrentar mercados voláteis e desafiantes, mantendo uma posição financeira sólida e a liberdade para encontrar as soluções que respondem, unicamente, aos interesses dos nossos clientes.

HIGHLIGHTS 2016

GOLDEN ASSETS E GOLDEN BROKER



ABERTURA
ESCRITÓRIO
NO FUNCHAL

A Golden está agora presente:
Porto | Lisboa | Faro | Funchal

73 COLABORADORES

16 ANOS DE
EXPERIÊNCIA



**MIL
MILHÕES €**

ATIVOS SOB
ACOMPANHAMENTO



28.92%

RÁCIO DE SOLVABILIDADE



+1000

CLIENTES

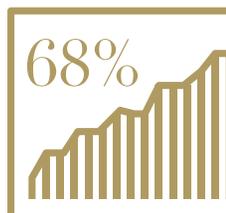
FINANCIAL
ADVISING



ASSET
MANAGEMENT



BROKERAGE



Crescimento do negócio captado face a 2015

Maior sociedade gestora de patrimónios independente em Portugal.

No top 3 de rentabilidades obtidas face à concorrência.

Golden passa a fazer a consultoria dos ativos da mais antiga gestora de fundos de pensões independente, a SGF – Sociedade gestora de fundos de pensões.

MODELO DE NEGÓCIO

ESTRATÉGIA

COMPROMETIDOS COM OS NOSSOS CLIENTES

COMO?

Rentabilidades consistentes

Relações próximas com os clientes

MEDIDO POR:

Diferencial entre as rentabilidades Golden Assets e as rentabilidades da concorrência

- Ritmo de crescimento do novo negócio
- Nº de reuniões com clientes e potenciais clientes
- Proximidade com os clientes

BENEFÍCIOS:

Performances consistentes e alinhadas com o perfil criam valor para os nossos clientes

Garantir a qualidade do serviço prestado, excedendo as expectativas dos clientes

RESULTADOS:

Golden no top 3 de rentabilidades quando comparada com a concorrência nacional e internacional

- 68% de crescimento do novo negócio captado face a 2015
- 20% de crescimento nos AUA
- +5.000 reuniões presenciais com clientes
- Novo escritório no Funchal

Independência das nossas recomendações

Nº de recomendações emitidas de produtos de outras instituições, sem qualquer compensação financeira por parte da instituição para a Golden

O cliente sente-se mais seguro nas decisões de investimento

- 4.468 recomendações emitidas sobre produtos comercializados por +33 intermediários financeiros.
- Nenhuma contrapartida financeira para a Golden ao abrigo das recomendações

Procura das melhores soluções que respondam aos desafios e necessidades futuras

Nº de parcerias com instituições para benefícios dos clientes

Melhores condições e um interlocutor único

- Gestão em diferentes geografias e com diferentes custodiantes
- Acordos funcionais estabelecidos entre a Golden e outras instituições nacionais e internacionais:7
- Parceria SGF

Desenvolvendo as nossas pessoas

Desenvolvimento das pessoas e retenção de talentos

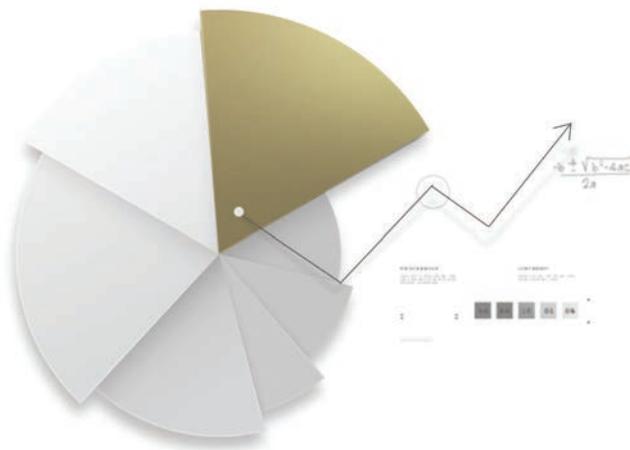
Um correto alinhamento de toda a empresa promove a prestação de um excelente serviço ao cliente

- Projecto Golden Talent
- 1791h de formação em 2016

INDICADORES

PERFORMANCE DA NOSSA GESTÃO

A abrangência da nossa filosofia de investimento é transversal a todos os nossos serviços. São as políticas de investimento que, decididas em comité, orientam as soluções que apresentamos aos nossos clientes, seja no serviço de gestão ou de advising. Semanalmente, reunimos uma equipa específica para análise dos mercados, seja numa avaliação macroeconómica, seja pelos sinais dos indicadores de mercado, ou mesmo na identificação e análise de eventos que possam impactar as carteiras dos nossos clientes. É nesse comité semanal que tomamos as decisões em termos de alocação por classes de ativos, a identificação dos instrumentos e os montantes de alocação em função da carteira de cada um dos nossos clientes.



EQUIPA DO COMITÉ DE INVESTIMENTOS GOLDEN



Durante o ano de 2016, realizamos um total de 51 comités, com a produção de relatórios informativos e de orientação dos investimentos para os nossos clientes.

Foram analisados +4000 fundos durante o ano de 2016. Mensalmente, acompanhamos +250 produtos estruturados, permitindo deter um conhecimento aprofundado sobre cada investimento efetuado pelos nossos clientes, para melhor os aconselhar.

O objetivo definido em 2016 foi o de manter o nível de qualidade e fiabilidade da nossa gestão, medido pelo diferencial entre as rentabilidades Golden e as rentabilidades dos concorrentes.

A dezembro de 2016, a rentabilidade da gestão Golden nos diferentes perfis de investimento foram:

	Defensivo	Moderado	Dinâmico	Agressivo	Golden Equity Investments
Rentabilidade 2016^(*)	+1.4%	+2.1%	+2.1%	+2.0%	+10,5%

^(*) Rentabilidade líquidas de comissões de gestão

Quando comparada a nossa performance com a da concorrência mais representativa (nacional e internacional), estamos no Top 3.

 PERFIL MODERADO		 PERFIL DINÂMICO		 PERFIL AGRESSIVO	
1 Instituição A	2.6%	1 Instituição A	4.0%	1 Instituição A	5.6%
2 Golden	2.1%	2 Instituição B	2.8%	2 Golden	2.0%
3 Instituição B	1.9%	3 Golden	2.1%	3 Instituição D	1.5%
4 Instituição C	1.5%	4 Instituição C	1.2%	4 Instituição C	0.1%
5 Instituição D	1.2%	5 Instituição D	1.1%	5 Instituição E	-4.1%
6 Instituição E	-1.3%	6 Instituição E	-2.2%		
7 Instituição F	-1.4%	7 Instituição F	-3.7%		

Disclaimer: As rentabilidades apresentadas dizem respeito a veículos (fundos) de conhecimento público das respetivas Instituições Financeiras, cujas política e filosofia de investimento são similares às da Golden, para efeitos de comparação.

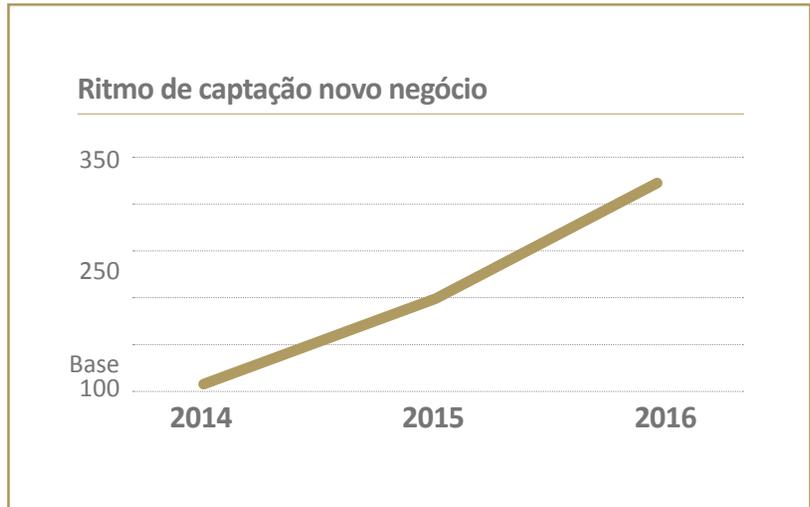
Nos mandatos específicos de gestão, onde é definido, previamente e em conjunto com os clientes, a política e o objetivo de rentabilidade, obtivemos resultados acima do objetivo estipulado.

Conseguimos proporcionar aos nossos clientes um acréscimo de rentabilidade de +70 pontos base, face ao objetivo inicialmente proposto.

CAPTAÇÃO DE NOVO NEGÓCIO

O alinhamento da nossa equipa e os bons resultados da nossa gestão, permitiram um bom ano de captação de novo negócio. O crescimento da nossa rede comercial contribuiu para o crescimento do n.º de clientes que, cada vez mais sensíveis à necessidade de independência no aconselhamento dos seus investimentos, aderiram à oferta da Golden.

+68% de novo negócio face a 2015

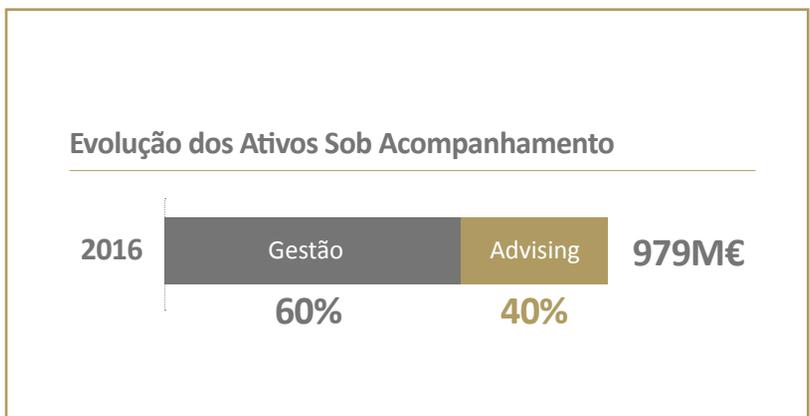


ATIVOS SOB GESTÃO E SOB ADVISING

Em 2016 o valor total de ativos sob acompanhamento da Golden Assets atingiu os 979M€.

O montante sob acompanhamento abrange toda a atividade da Golden, ou sejam abrange os ativos sob gestão e os ativos sob advising.

O aumento dos montantes sob acompanhamento foi o resultado de um crescimento do nosso serviço de Advising, que representa 40% do total.



RELAÇÕES DE PROXIMIDADE COM OS NOSSOS CLIENTES

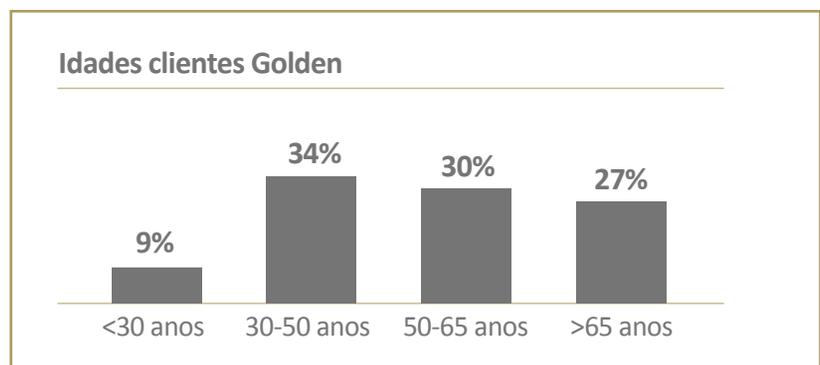
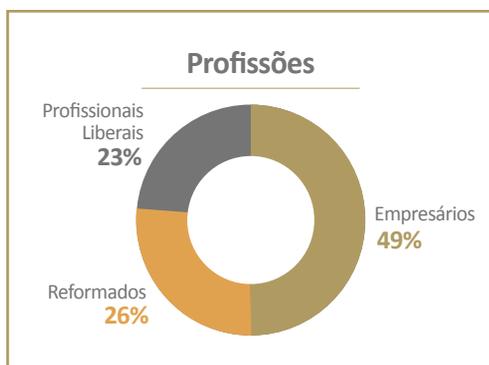
No atual ambiente de baixas taxas de juro e mudanças demográficas, a nossa capacidade de criar valor para os nossos clientes é vital para os ajudar nas suas necessidades futuras.

Estamos orgulhosos de manter clientes que estão com a Golden desde 2000.

A Golden tem soluções para o cliente particular, empresa ou institucional, sendo os clientes particulares os mais representativos do universo de clientes da Golden.

Procuramos detetar as necessidades específicas nos nossos clientes, necessidades essas que orientam a nossa capacidade de inovar e de encontrar as melhores soluções de investimento.

O perfil de idades dos nossos clientes é a evidência de que temos soluções para as várias fases do ciclo de vida e de acumulação de riqueza.



Proteger o património, encontrar uma solução que seja agregadora da situação patrimonial global, conseguir avaliar e conhecer cada produto detido e cada investimento realizado, promovendo decisões de investimento sustentadas e apoiadas por profissionais, é o mote que acompanha o trabalho diário da equipa da Golden.

O crescimento da Golden não teria sido possível sem a confiança dos nossos clientes. Trabalhar numa relação assente na confiança requer trabalhar em todos os pontos de contacto com os clientes e garantir de que nada fica por esclarecer, que toda a informação é devidamente prestada que todo o aconselhamento dado é adequado às suas necessidades, e que a qualidade dos nossos colaboradores corresponde ou supera as suas expetativas. Este é um ponto base da nossa Estratégia de Negócio.

Em 2016 a Golden, além do reforço da sua equipa comercial anteriormente mencionado, deu continuidade aos planos de formação das suas pessoas e acompanhou de perto a prestação do serviço e os seus resultados.

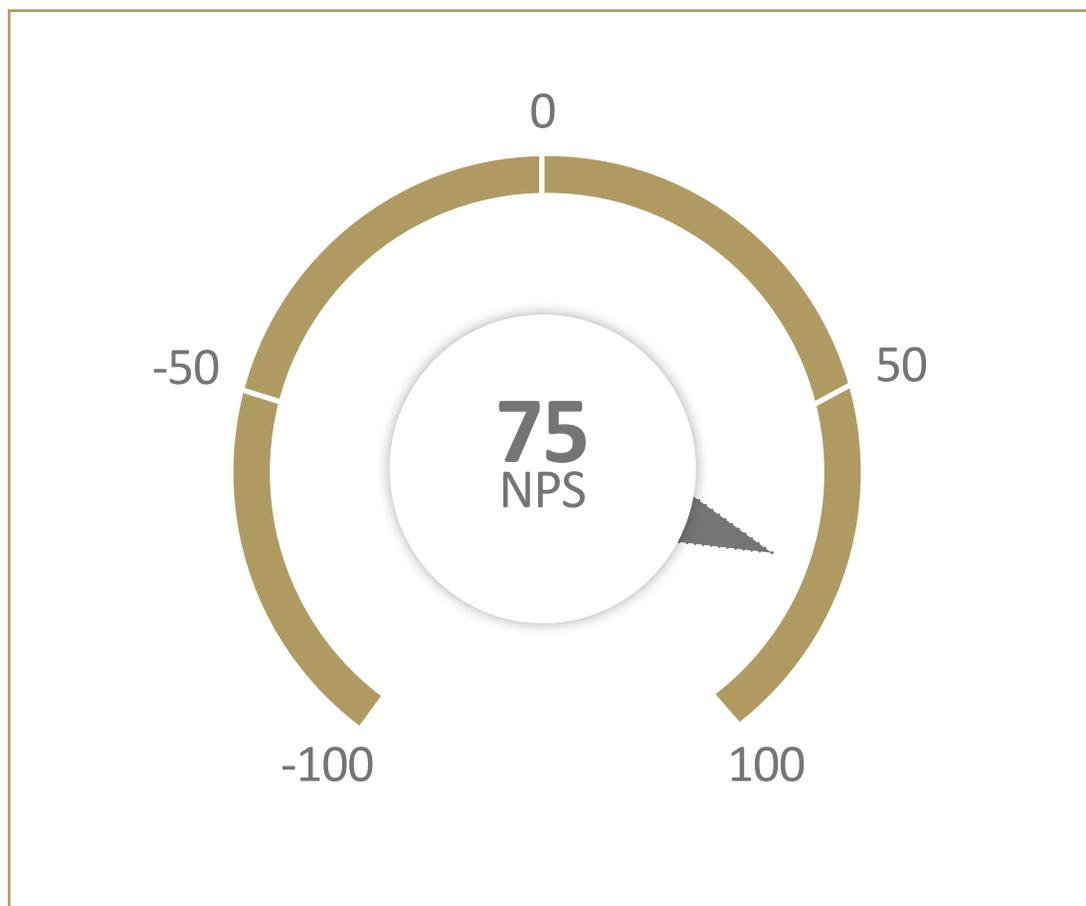
A abertura do **Escritório no Funchal** em julho de 2016, é um exemplo do cuidado em estabelecer, sempre que possível, relações de proximidade com os nossos clientes.

Ao todo, em 2016 ocorreram **+5.000 reuniões** com clientes e potenciais clientes por parte da nossa equipa de Financial Advisors.

Realizámos um inquérito aos clientes HNWI (*High Net Worth Individual*) na procura de feedback que permita aferir a sustentação e fundamentação da qualidade do serviço prestado. Obtivemos um **NPS (*) de 75**, demonstrando o grau de satisfação dos nossos clientes na prestação do serviço de advising.

75%

dos clientes de Advising recomendariam, com toda a certeza o serviço Golden a um amigo/familiar



(*) Net Promoter Score (NPS) mede a probabilidade de os clientes recomendarem o serviço/ empresa a colegas e amigos. NPS é usado por muitas empresas como uma alternativa útil ou complementar à satisfação do cliente e estudos de fidelidade. Um NPS é calculado usando uma "classificação de 0 a 10" em resposta à pergunta, "Numa escala de 0 a 10, recomendaria [empresa] a um amigo(a) ou familiar?" Promotores pontuação 9 a 10, neutros 7 a 8, e Detratores 0 a 6.



INDEPENDÊNCIA DAS NOSSAS RECOMENDAÇÕES E SOLUÇÕES QUE RESPONDAM AOS DESAFIOS E NECESSIDADES FUTURAS DOS NOSSOS CLIENTES

Preocupamo-nos com o futuro dos nossos clientes, e com as decisões do presente que impactam o seu património.

O pilar da nossa independência transfere credibilidade nas nossas recomendações de investimento, onde o cliente poderá estar seguro de que estamos principalmente comprometidos com os interesses deste na procura das melhores oportunidades de investimento, transversal quer no serviço de Asset Management, quer no serviço de Financial Advising.

Durante o ano de 2016 emitimos 4.468 recomendações (compra, venda, subscrição e resgate) sobre produtos comercializados em +33 instituições financeiras.

Dando mais força à nossa independência, foram estabelecidas parcerias no sentido de encontrar quer as soluções que respondam às necessidades dos clientes, quer as soluções que se traduzam em benefícios para os clientes.

Na defesa intransigente da nossa independência, assegurámos que em qualquer parceria estratégica estabelecida entre a Golden e outra instituição, no âmbito da gestão de patrimónios ficasse consagrado que, em nenhum momento, a Golden auferirá qualquer tipo de contrapartida financeira decorrente dessa parceria.

Em 2016 a Golden estabeleceu acordos funcionais com 7 instituições, nacionais e internacionais, permitindo aos clientes usufruir de condições preferenciais junto dessas instituições.

Desta forma, a Golden consegue promover um serviço de Gestão em diferentes geografias, com diferentes custodiantes, oferecendo aos clientes um acompanhamento e interlocutor único.

Parceria com a SGF

No âmbito da atividade de Advising merece destaque a parceria estabelecida com a SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, pela qual a Golden passou a prestar serviços de consultoria à SGF, beneficiando quer a SGF quer os Fundos de Pensões geridos pela SGF. A SGF é uma empresa de referência na área dos Fundos de Pensões e a nova Administração tem como ambição vir a tornar-se a maior sociedade gestora de Fundos de Pensões independente. Com esse propósito selecionou a Golden para beneficiar dos seus conhecimentos em matéria de gestão de ativos, sendo que esta parceria se inicia em 2017. A Golden acredita que esta seleção é um reconhecimento importante da qualidade do seu serviço, ao mesmo tempo que lhe permite avaliar melhor as especificidades da gestão de patrimónios adequada a fundos de pensões.

DESENVOLVENDO AS NOSSAS PESSOAS

2016 foi um ano que ficará na memória de todos os colaboradores da Golden. Foi o ano onde desenvolvemos um projeto específico para as Nossas Pessoas, o Projeto **Golden Talent**. Com o crescimento da Golden dos últimos anos e a sua afirmação na área do financial advising, o projeto Golden Talent veio consolidar a cultura da empresa junto dos seus colaboradores.

O projeto Golden Talent permitiu a identificação de 4 princípios orientadores dos colaboradores Golden

Escrever o futuro com decisões do Presente	Fazer o certo e não o mais fácil	Ser bom não chega - queremos ser os melhores	Inspirar as pessoas para serem a diferença
<p>Construímos relações de absoluta transparência e confiança. Acompanhamento e orientamos os nossos clientes nas decisões de hoje, conscientes do impacto que têm no seu futuro</p>	<p>Assumimos os nossos compromissos, respeitando o que está definido para garantir rigor e descrição em tudo o que fazemos. Superamos desafios sem comprometer a integridade</p>	<p>Aliamos a agilidade à análise, fazendo sempre mais e melhor. Procuramos antecipar mudanças e encontramos soluções para encarar o presente e o futuro com determinação e segurança</p>	<p>O que os move é a paixão pelas pessoas. Queremos ser uma fonte de inspiração, promovendo o desenvolvimento das nossas pessoas, partilhando conhecimento com os nossos clientes e marcando positivamente a sociedade</p>

A dezembro de 2016, a Golden contava com 73 colaboradores dedicados e comprometidos com os nossos clientes, organizados de maneira a dar resposta eficaz às necessidades que os desafios diários exigem.

Com uma estrutura acionista estável desde a sua constituição, a Golden continua fiel aos seus valores e princípios, com a estabilidade organizacional a permitir um crescimento sustentável e o desenvolvimento dos seus colaboradores. A aposta na formação dos colaboradores cresceu em 2016 e continuará a crescer nos anos seguintes, demonstrando o compromisso da empresa também com os seus colaboradores.



31%



69%

+10 NOVOS COLABORADORES EM 2016

73 COLABORADORES

1791h DE VOLUME DE FORMAÇÃO EM 2016

Financial Advisors 44%

Research & Services 56%



“ GERIR OS INVESTIMENTOS NUM MERCADO VOLÁTIL E GLOBAL, SÓ É POSSÍVEL COM UM FOCO CLARO NO MÉDIO E LONGO PRAZO E NUMA MONITORIZAÇÃO CONSTANTE DAS OPÇÕES TOMADAS. ENCONTRAR OS MELHORES INSTRUMENTOS E OPORTUNIDADES ASSENTE NUM PROCESSO RIGOROSO E DILIGENTE É UM DESAFIO QUE ENCARAMOS EM EQUIPA. NÃO PREVEMOS O FUTURO, MAS SABEMOS DIZER O QUE PODEMOS FAZER PARA MELHOR ORIENTAR O FUTURO DOS NOSSOS CLIENTES. ”

Sérgio Silva
Administrador
Chief Investment Officer

MACROECONOMIA

É relativamente consensual afirmar que o ano de 2016 será recordado não pela guerra da Síria, pela crise dos refugiados ou pelos problemas financeiros que continuam a assolar o sul da Europa e a fragilizar o seu sistema bancário, mas por dois atos eleitorais: o referendo à permanência do Reino Unido na União Europeia e as eleições Presidenciais nos EUA. Relativamente ao primeiro, nas semanas que antecederam a votação a generalidade dos analistas acreditava que o “Remain” (permanência do Reino Unido na UE) acabaria por prevalecer e foi por isso com estrondo que foram recebidos os resultados durante a madrugada e manhã de 24 de junho e o “Brexit” (saída do Reino Unido da UE) foi declarado vencedor. Para além das consequências violentas e imediatas nos mercados com uma forte queda dos índices acionistas, aumento da volatilidade, depreciação do Euro e particularmente da Libra Esterlina face ao USD e lene e aumento da procura por tradicionais ativos de refúgio (metais preciosos e obrigações de dívida pública de melhor rating), este resultado também teve consequências políticas com o primeiro-ministro David Cameron a apresentar a sua demissão. Igual destino teria o primeiro-ministro italiano Matteo

Renzi, que apresentaria também a sua demissão em dezembro após uma esmagadora derrota no referendo constitucional (onde se propunha o fim do sistema de bicameralismo perfeito no sistema político italiano e a redução do número de Senadores de 315 para 100). Nas Presidenciais dos EUA em novembro, o resultado menos esperado voltaria a acontecer e Donald John Trump, o excessivo e impulsivo magnata nova-iorquino de 70 anos sem experiência política e que conduziu uma campanha populista e contra o sistema, surpreendeu os EUA e o mundo ao conquistar os votos necessários no colégio eleitoral para se tornar o 46º Presidente dos Estados Unidos da América.

Em termos macroeconómicos propriamente ditos, em 2016 a economia mundial continuou a registar níveis de crescimento modestos, acentuando a tendência de abrandamento que se vem verificando desde 2014 e registando o ritmo de crescimento mais baixo desde 2010 (segundo as últimas estimativas do Fundo Monetário Internacional, o PIB global terá crescido apenas 3.1% em 2016, o que compara com um crescimento de 3.2% em 2015 e 3.4% em 2014). Esta tendência de abrandamento oculta, no

entanto, comportamentos substancialmente divergentes dos principais blocos económicos e mesmo entre os diferentes países de cada bloco. Se entre as economias avançadas se verificou efetivamente um menor dinamismo (com destaque para os EUA onde o crescimento foi o mais fraco desde 2011), na Europa a atividade económica registou uma progressão claramente mais vigorosa com destaque para Espanha e Reino Unido, com o desempenho desta última economia a ser particularmente surpreendente num contexto de pós votação favorável no referendo à saída do país da União Europeia (Brexit). Por outro lado, embora o ritmo de produção tenha permanecido abaixo do potencial em várias outras economias avançadas, particularmente na área do euro e no Japão, é de assinalar uma aceleração relevante da atividade ao longo do segundo semestre que se terá estendido para os primeiros meses de 2017. Já nas economias emergentes o ritmo de crescimento pouco se alterou em termos agregados, contudo este crescimento foi suportado pela Índia e pela China, em claro contraste com países como a Rússia, a Venezuela e o Brasil, que permaneceram em recessão refletindo principalmente fatores idiossincráticos.

Relativamente à política monetária, os principais bancos centrais seguiram rumos diferenciados, mas globalmente mantiveram uma postura extremamente acomodatória durante todo o ano, cumprindo o seu papel no estímulo da atividade económica mas também gerando algumas distorções nos mercados financeiros: nos EUA, a FED, apesar do crescimento modesto, foi impelida, em face de uma gradual melhoria do mercado de trabalho e de um recrudescimento das pressões inflacionistas (muito por culpa da recuperação do preço do petróleo nos mercados internacionais) a subir a sua taxa de referência (mas apenas uma vez, em 0.25% e apenas na reunião de dezembro); o Banco Central Europeu reforçou as medidas expansionistas de política monetária não convencionais (quantitative easing) e avançou primeiro com o aumento do volume mensal e posteriormente com um alargamento temporal do programa de compra de ativos até dezembro de 2017 e, por fim, o Banco do Japão continuou a tentar encontrar soluções para reavivar uma economia caracterizada

pela quase ausência de crescimento e pela inexistência de inflação e inovou mais uma vez (abandonando o compromisso quantitativo de compras de obrigações do tesouro japonês para avançar com “compras ilimitadas” para controlar a curva das *yields* do tesouro nipónico, quer em termos de inclinação dessa curva, quer a sua localização propriamente dita).

As perspetivas para a evolução da atividade económica global em 2017 e 2018 são mais positivas, especialmente para as economias avançadas refletindo as boas indicações já sentidas ao longo do segundo semestre de 2016, bem como um estímulo fiscal prometido pela administração Trump nos Estados Unidos. Na Zona Euro os indicadores de atividade económica e de confiança estão em alta e são compatíveis com uma aceleração do ritmo de crescimento deste bloco para um ritmo substancialmente mais forte do que nos últimos anos e a inflação tem vindo a subir gradualmente pelo que os riscos de deflação parecem estar definitivamente afastados.

Em suma globalmente as perspetivas económicas para os próximos trimestres são claramente positivas, mas há no entanto múltiplos focos de incerteza nessas projeções, com destaque para as incertezas em torno da orientação política da nova administração dos EUA (claramente mais favorável a políticas protecionistas) e suas ramificações globais (países com grande dependência das exportações para os EUA como o México, enfrentam um cenário macroeconómico menos benigno para 2017 e 2018), os riscos associados a um aperto mais forte nas condições financeiras globais que poderiam trazer de volta á ribalta as debilidades que ainda persistem em alguns dos países da zona euro e em algumas economias emergentes e o sempre presente risco de um abrandamento mais severo na China.

MERCADOS FINANCEIROS (CLASSES DE ATIVOS)

Síntese

O ano de 2016 teve um arranque marcado por quedas violentas não apenas nos mercados acionistas, mas também nos obrigacionistas, especialmente nos ativos de menor qualidade creditícia. Com o avançar do ano os investidores foram igualmente confrontados com importantes surpresas, nomeadamente ao nível político, com os resultados do referendo sobre o Brexit no Reino Unido e a eleição de Donald Trump para a Presidência dos Estados Unidos da América. Contudo, apesar destes contratemplos, no cômputo global do ano de 2016 o desempenho dos mercados financeiros globais acabou por revelar-se positivo.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Monetário	0,6%	1,23%	0,64%	0,18%	0,24%	0,08%	0,00%
Obrigações do Tesouro	1,23%	3,25%	10,75%	2,02%	12,98%	1,48%	3,11%
Obrigações Corporate	4,31%	1,56%	13,52%	2,10%	8,17%	-0,67%	4,64%
Obrigações High Yield	-	-1,62%	23,08%	6,85%	3,71%	-1,06%	7,96%
Obrigações Mercados Emergentes	-	-2,15%	14,39%	-10,76%	-5,93%	-13,36%	9,70%
Ações Globais	-	-	12,74%	29,00%	10,47%	1,00%	7,38%
Ações Mercados Emergentes	-	-	-	-3,06%	0,95%	-11,99%	7,01%
Commodities	23,50%	-5,01%	-6,60%	-8,97%	-7,45%	-16,22%	13,35%
Alternativos	-	-	0,49%	5,40%	3,14%	-5,54%	0,02%

Nota: Retornos dos etfs como proxy das classes de ativos

Ações

Começando pelo mercado acionista, 2016 foi, de facto, um ano díspar no que respeita à evolução dos retornos nos blocos geográficos mais importantes e, mesmo ao nível de cada geografia, as divergências de performance ao nível setorial foram pronunciadas. O S&P 500 foi a exceção, uma vez que liderou sistematicamente os ganhos, encontrando inclusive novo fôlego aquando da eleição de Trump, tendo perdido algum fulgor em termos relativos apenas no mês de dezembro, valorizando 1.8% e encerrando o ano muito próximo dos dois dígitos (9.5%).

No Japão, depois de estar a perder mais de 20% no ano, o índice Nikkei 225 encetou uma recuperação importante, apoiada na depreciação do iene, não apenas contra o Euro mas, fundamentalmente, contra o Dólar norte-americano, conseguindo o quinto registo anual positivo consecutivo (embora marginal), graças à forte performance nas últimas semanas do ano. No velho continente, a análise à disparidade de resultados nos diversos mercados foi assinalável.

Assim, enquanto de uma forma agregada, o Euro Stoxx 50, à imagem do Nikkei, encerrou o ano marginalmente positivo igualmente devido ao rally de final de ano (valorizando uns impressionantes 7.8% no mês de dezembro) numa análise individual por país constata-se facilmente duas realidades: nos países core, onde a Alemanha é o exemplo maior, a barreira dos retornos positivos foi atingida antecipadamente e os ganhos no ano foram por isso expressivos (DAX: +7.9% em dezembro, encerrando o ano com um retorno de 6.9%); já na periferia europeia os retornos foram transversalmente negativos embora as amplitudes das perdas tenham diferido consideravelmente entre os países. Assim, não obstante os retornos positivos em dezembro, o índice nacional PSI 20 encerrou 2016 com uma queda de 11.9%, enquanto o MIB em Itália perdeu 6.5% e o IBEX 35 contraiu 2.0%, tendo sido claramente o melhor índice periférico apesar de Espanha ter estado sem governo durante 10 meses.

Performance Ativos Financeiros em 2016

	Δ%		Δ%
S&P 500 (EUA)	9.5%	CORE EURO GOV BONDS	3.1%
EURO STOXX 50 (Europa)	0.7%	CORE EURO CORP BONDS	4.6%
DAX (Alemanha)	6.9%	EURO HY BONDS	8.0%
PSI 20 (Portugal)	-11.9%	EMERG MKTS DEBT LOCAL CURRENCY	9.5%
IBEX 35 (Espanha)	-2.0%	Reuters/ Jefferies Commodity Index	9.3%
MSCI World (Mundo)	7.4%	Ouro	8.1%
Hedge Fund Return Index	2.5%	Crude	22.8%

Performance Ativos

Obrigações

O segmento obrigacionista viveu um ano peculiar desde o seu início. No entanto, os últimos meses de evolução têm levado os agentes de mercado a questionar se o ciclo de quase três décadas positivas não terá encontrado finalmente o seu fim.

O ano iniciou com um consenso de que pouco espaço haveria para performance na componente core, quer em dívida governamental, quer em empresas de melhor rating, dado o nível de taxas de juro à data. Contudo, até meados do ano, estas lideravam os ganhos entre as várias classes de ativos. A base destes retornos assentava na estabilidade da política monetária do Banco Central Europeu e na relutância por parte da FED em subir novamente as taxas diretoras nos EUA em prossecução da primeira subida de 25 pb ocorrida em dezembro de 2015.

Para além destes fatores, o mercado também entrou em 2016 receoso sobre a capacidade creditícia dos emitentes mais fracos, muitos deles diretamente ligados às matérias-primas, cujos preços estavam e continuaram demasiado deprimidos, o que adicionado ao receio de falta de liquidez, típico neste segmento de *high yield*, proporcionou um *sell-off* expressivo, levando os investidores a refugiarem-se na dívida de melhor qualidade.

O segundo semestre do ano veio, contudo, uma realidade bem diferente. Nos EUA, a economia começou a dar sinais francamente positivos, quer ao nível do emprego, quer ao nível da inflação, abrindo espaço à FED para subir taxas, o que aliado à vitória de Donald Trump nas eleições e às expectativas de que haverá menos regulação, mais investimento público e menos impostos, projetam uma economia mais inflacionista e com maior *stock* de dívida, que só poderá ser consistente com um nível de taxas de juro substancialmente superior.

Na Europa, não só por contágio natural, mas também pelos primeiros receios de *tapering* por parte do Banco Central Europeu (após sinais de recuperação no ritmo de crescimento das economias da zona Euro) também ocorreu um forte movimento de subida de *yields* que até acabaria por ser mais expressivo que nos EUA porque, em termos absolutos, os níveis de taxa de juro de partida eram bastante inferiores.

Nos Mercados Emergentes, poucas eram as casas de investimento no início de 2016 que apostavam neste segmento como sendo capaz de gerar *outperformance*, e de facto o ano começou titubeante, mas a recuperação no preço das matérias-primas, nomeadamente do petróleo (que encerrou o ano a valorizar 26.7%), bem como de alguns metais (quer preciosos, quer industriais) permitiram ganhos expressivos só travados nos últimos meses devido à apreciação expressiva do Dólar norte-americano.

O ETF MSCI Mercados Emergentes encerrou o ano com um retorno positivo de 5.3%. Tal como já referido, o ano de 2016 foi particularmente importante para as matérias-primas, com o índice representativo do cabaz completo a valorizar 9.3% no final do ano.

Uma nota final para o mercado cambial, onde se destaca a trajetória de depreciação do euro ao longo do ano, que se justifica pela política monetária extremamente expansionista preconizada pelo BCE e por um ainda pior desempenho da Libra Esterlina, muito penalizada pelo evento do Brexit.

Em sentido contrário, assinala-se a forte recuperação das moedas de algumas economias emergentes mais dependentes da exportação de matérias-primas, como o real brasileiro ou o rublo russo, que assim inverteram a tendência de perda de valor dos últimos anos.



Portugal

O ano de 2016 foi também um ano de consolidação da retoma da economia portuguesa. A taxa de crescimento da economia portuguesa reduziu-se face a 2015 de 1.6% para 1.4%, em virtude da retração do investimento que interrompeu a tendência de recuperação que vinha a traçar nos últimos anos. Em contraste, o consumo privado manteve-se robusto beneficiando da reposição de rendimentos dos funcionários públicos e das pensões de valor mais elevado e a economia beneficiou ainda do dinamismo do turismo.

O ano foi ainda marcado por um continuar da consolidação das finanças públicas, que beneficiaram de uma maior arrecadação de impostos decorrente da recuperação da atividade económica a par do recurso a medidas extraordinárias de consolidação, o que permitiu que o défice orçamental se reduzisse para valores mínimos de mais de 40 anos, o que permitiu ao país a saída do procedimento de défices excessivos. As boas notícias deverão continuar em 2017 pois, segundo as últimas previsões publicadas pelo Banco de Portugal, a expansão económica deverá acelerar para um valor em torno dos 1.8%, o que a materializar-se será a expansão mais forte desde 2010. As projeções do Banco de Portugal para a economia nacional para 2018 e 2019 foram também revistas em alta nestas últimas previsões em 0.1% e 0.2%, respetivamente, para 1.7% e 1.6%. Apesar deste crescimento mais forte que agora é antecipado, o PIB português só deverá mesmo assim regressar ao nível registado em 2008 durante o ano de 2019.

Projeções do Banco de Portugal: 2017-2019 | taxa de variação anual, em percentagem

	Pesos 2016	Projeção Março 2017			BE Dezembro 2016				
		2016	2017 ^(p)	2018 ^(p)	2019 ^(p)	2016	2017 ^(p)	2018 ^(p)	2019 ^(p)
Produto interno bruto	100,0	1,4	1,8	1,7	1,6	1,2	1,4	1,5	1,5
Consumo privado	65,8	2,3	2,1	1,4	1,4	2,1	1,3	1,4	1,3
Consumo público	18,1	0,8	0,2	0,5	0,2	1,0	0,0	0,4	0,2
Formação bruta de capital fixo	14,8	-0,3	6,8	5,0	4,8	-1,7	4,4	4,3	4,5
Procura interna	98,8	1,5	2,5	1,8	1,7	1,2	1,5	1,7	1,6
Exportações	40,2	4,4	6,0	4,8	4,5	3,7	4,8	4,6	4,4
Importações	39,1	4,4	7,3	4,8	4,7	3,5	4,8	4,9	4,4
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em p.p.)^(a)									
Procura interna		0,5	0,8	0,7	0,7	0,4	0,5	0,6	0,6
Exportações		0,8	1,0	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,9
Emprego ^(b)		1,6	1,6	1,0	1,1	1,5	1,0	0,9	1,0
Taxa de desemprego		11,1	9,9	0,9	7,9	11,0	10,1	9,4	8,5
Balança corrente e de capital (% PIB)		1,7	1,0	1,1	1,2	1,1	0,9	0,9	1,1
Balança de bens e serviços (% PIB)		2,2	1,4	1,3	1,4	2,2	1,9	1,8	1,8
Índice harmonizado de preços no consumidor		0,6	1,6	1,5	1,5	0,8	1,4	1,5	1,5

Fonte: Banco de Portugal, "Projeções para Portugal - 29 de março de 2017"

As exportações deverão continuar a ser o motor da economia portuguesa avançando 6.0% em 2017, 4.8% em 2018 e 4.5% em 2019 (com a queda do comércio com Angola a ter impactos sucessivamente menores e beneficiando da reentrada em pleno serviço da refinaria de Sines e da conclusão da fase de transição de modelos na Autoeuropa).

O turismo também deverá continuar a registar um comportamento bastante positivo, favorecido por importantes eventos em 2017 como a visita do Papa.

Por fim, a normalização do ciclo de fundos europeus deverá permitir uma recuperação considerável do investimento, que deverá crescer 6.8% em 2017. É ainda esperada uma evolução favorável do mercado de trabalho que deverá permitir que desemprego baixe dos dois dígitos para um valor anual médio de 9.9% já em 2017 e devendo cair para 7.9% em 2019, um nível que seria ainda ligeiramente acima da média de 7.6% registada em 2008.

Resumo

Em suma, o ano de 2016 caracterizou-se por uma enorme inconstância, com subidas lentas das várias classes de ativos seguidas de quedas abruptas que criaram um contexto extremamente desafiante para a Golden nas tomadas de decisão de investimento para implementação nas carteiras dos seus clientes.

Iniciámos 2016 com uma opinião positiva para ações e os mercados tardaram em dar-nos razão nesta visão, mas mesmo em momentos mais difíceis e de quedas mais expressivas (como no choque imediato pós referendo ao Brexit) mantivemos a convicção nas principais linhas orientadoras estratégicas de investimento, o que se revelou a decisão mais correta uma vez que os índices rapidamente recuperaram essas perdas.

Na componente obrigacionista, antecipámos de certa forma o final do ano e entrámos 2016 com um posicionamento defensivo na dívida de melhor qualidade creditícia (governamental e corporativa *Investment Grade*), que nos custou alguns pontos no início do ano, mas que se revelaria oportuno mais tarde, tendo sido ainda mais acertada a rotação promovida dentro da classe para fundos com política de investimento mais dinâmica.

Ainda na classe obrigacionista, o nosso foco foi o segmento *high yield*, um dos *overweight* mais expressivos no nosso posicionamento, tendo sido a melhor subclasse em termos de performance durante o ano de 2016, a par da dívida de mercados emergentes.

O horizonte de investimento para 2017 está repleto de dúvidas e incertezas: como decorrerá o processo de negociação do Brexit e quais serão os resultados eleitorais na Europa - particularmente em França e na Alemanha; como será a presidência de Donald Trump e como esta afetará os mercados, os acordos internacionais de comércio e as relações internacionais com a China, a Rússia e o México; e, no que respeita aos bancos centrais e às suas políticas monetárias, como reagirão aos crescentes sinais de deflação das economias.

Contudo, embora todas estas preocupações sejam extremamente pertinentes, arrancamos o novo ano com uma visão cautelosamente otimista para os mercados e para a performance dos investimentos financeiros dos nossos clientes no ano de 2017.

GOVERNANCE



“ A GOLDEN ACREDITA QUE O FUTURO CADA VEZ MAIS MARCARÁ A DIFERENÇA ENTRE AS ORGANIZAÇÕES QUE SE LIMITAM A CUMPRIR COM AS REGRAS DEFINIDAS PELAS ENTIDADES REGULADORAS E LEGISLAÇÃO, E AQUELAS QUE ENCARAM O GOVERNANCE COMO UM ELEMENTO FUNDAMENTAL NA PROSSECUÇÃO DE UM RELACIONAMENTO SEGURO, RIGOROSO E TRANSPARENTE COM OS CLIENTES, EM ESPECIAL, E COM TODOS AQUELES QUE, EM GERAL, CONTRIBUEM PARA A ATIVIDADE DA SOCIEDADE. ”

João Correia de Matos
Administrador
Chief Legal Officer

No âmbito do Governance (governo das sociedades), a Golden acredita que o futuro cada vez mais marcará a diferença entre as organizações que se limitam a cumprir com as regras definidas pelas entidades reguladoras e legislação, e aquelas que encaram o Governance como um elemento fundamental na prossecução de um relacionamento seguro, rigoroso e transparente com os clientes, em especial, e com todos aqueles que, em geral, contribuem para a atividade da sociedade. A descrição do Governance a seguir realizada procura salientar as principais características da forma como a Golden está organizada e como se processa o funcionamento dos seus principais órgãos societários,

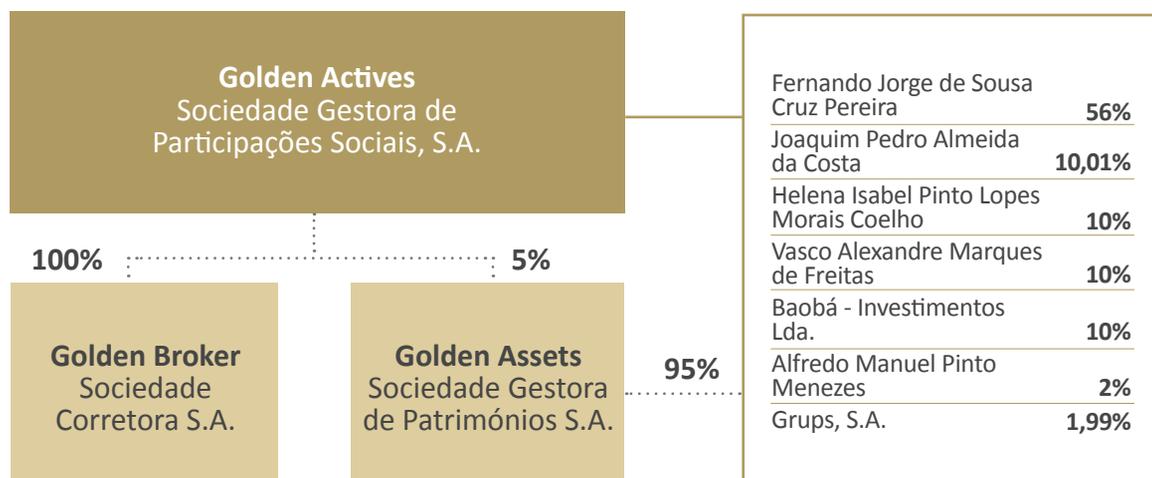
para que se possa avaliar o grau de independência e de adequabilidade de quem tem o dever de gerir a empresa, bem como o nível de exigência e formalismo no processo das tomadas de decisões sobre o investimento/desinvestimento. Ao mesmo tempo, esta descrição procura também evidenciar o cuidado em assegurar que as atividades da empresa se sujeitam ao escrutínio do Compliance e ao cumprimento dos deveres sobre a Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo. Tratando-se de um processo dinâmico, a Golden espera que o relatório do próximo ano sobre o Governance traga mais novidades sobre o assunto.



ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO, COMPOSIÇÃO ACIONISTA, DIREITO DE VOTO, TRANSMISSÃO DE AÇÕES E REGULAÇÃO

No setor financeiro, o grupo Golden é composto pelas três empresas Golden Actives – SGPS, S.A. (“Golden Actives”), Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (“Golden Broker”) e Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (“Golden Assets”). A Golden Actives detém 100% do capital social da Golden Broker e 5% do capital social da Golden Assets, sendo que os restantes 95% do capital social desta última são detidos diretamente pelos acionistas da Golden Actives.

No quadro seguinte detalha-se a composição acionista da Golden:



Baobá - Investimentos Lda., participada por António José Nunes da Silva
 Grups, S.A. participada por Joaquim Pedro Almeida da Costa
 Os acionistas da Golden Actives são os acionistas de Golden Assets e Golden Broker e o Conselho de Administração é comum nas 3 empresas.

No âmbito da composição acionista merece destaque a aquisição, em finais de 2016, de 10% do capital social da Golden Actives por uma empresa detida pelo atual CEO, António José Nunes da Silva, acompanhada em simultâneo da aquisição de 9,5% no capital social na Golden Assets pela mesma empresa. Estas aquisições realizaram-se depois de obtida a devida autorização por parte do Banco de Portugal.

Enquanto a Golden Actives funciona como holding e entidade consolidante, todas as atividades operacionais são realizadas pela Golden Assets, respetivamente consultoria e gestão de carteiras, e pela Golden Broker, respetivamente consultoria, gestão de carteiras, registo e depósito de valores mobiliários, receção, transmissão e execução de ordens por conta de terceiros.

Quer a Golden Assets, quer a Golden Actives, cada uma tem o capital social no valor de 500.000 euros, integralmente subscrito e realizado, representado por 100.000 ações nominativas tituladas ou escriturais, tendo cada ação o valor nominal de 5 euros, todas com os mesmos direitos e deveres e não admitidas à negociação.

A Golden Broker tem o capital social no valor de 350.000 euros, integralmente subscrito e realizado, representado por 70.000 ações nominativas escriturais ou tituladas, tendo cada ação o valor

nominal de 5 euros, todas com os mesmos direitos e deveres e não admitidas à negociação.

Não existem limites estatutários ao exercício de voto, sendo que, para a Golden Assets, a cada 100 ações é atribuído um voto e o titular deverá ter as ações averbadas em seu nome. Igualmente não existem acordos parassociais que limitem o exercício de voto. No caso da Golden Broker e Golden Actives, a cada mil euros é atribuído um voto.

Quanto à transmissibilidade das ações, existe um direito de preferência estatutário pelos acionistas na situação de transmissão entre vivos, exceto se o transmitente ou transmissário for a própria sociedade. Este direito de preferência cessará se e quando a sociedade tiver o capital aberto a investimento público.

Não existem acordos parassociais que limitem a transmissibilidade de ações.

Para efeitos do regime legal aplicável, a Golden Assets e a Golden Broker são consideradas sociedades financeiras e empresas de investimento, estando autorizadas, registadas e supervisionadas pelo Banco de Portugal e pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários ("CMVM"). A Golden Actives está igualmente sujeita à supervisão do Banco de Portugal. De acordo com a lei, a Golden Assets e a Golden Broker fazem parte do Sistema de Indemnização aos Investidores.



ÓRGÃOS SOCIAIS, COMISSÕES E COMITÉS

A Golden Actives, a Golden Assets e a Golden Broker têm como órgãos sociais estatutários a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único. O mandato dos órgãos sociais é de 3 anos e simultâneo. Durante o mandato em curso, a única alteração foi do Fiscal Único eleito para substituição do anterior, e que iniciou a sua atividade em abril de 2017.

Assembleia Geral

As Assembleias Gerais quanto à sua convocação e funcionamento regem-se pelo disposto nas regras gerais de direito aplicáveis às sociedades anónimas, existindo uma Mesa da Assembleia Geral composta por um Presidente e por um Secretário. O exercício do direito de voto foi mencionado anteriormente. Quanto às deliberações acionistas que só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, na Golden Assets está estatutariamente previsto que a dissolução da sociedade necessita do voto de acionistas que representem mais de dois terços do capital social (na Golden Broker e na Golden Actives não existe este limite estatutário).

Nos termos da lei geral, a Assembleia Geral é dirigida pela Mesa da Assembleia Geral, sendo esta composta pelo Presidente (Dr. Miguel Duarte Gonçalves Brás da Cunha) e pelo Secretário (Dr. Vasco Alexandre Marques de Freitas).

Conselho de Administração

Para o Conselho de Administração, as três sociedades adotaram uma estrutura de governo de natureza monista, em que o órgão de administração é exclusivamente o Conselho de Administração e que é composto por um Presidente e por vários vogais (um a seis, no caso da Golden Assets e da Golden Actives, ou pelo menos dois no caso da Golden Broker). Os membros do Conselho de Administração são eleitos e substituídos pela Assembleia Geral, de acordo com as normas gerais do Código das Sociedades Comerciais, e com observância do regime especial previsto no RGICSF (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras) que impõe, nomeadamente, a aprovação prévia dos membros pelo Banco de Portugal. Dando cumprimento aos deveres impostos pelo RGICSF, existe uma Comissão de Seleção, Avaliação e Remuneração (CSAR) para os membros dos órgãos sociais, abrangendo os membros do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração (Presidente e dois vogais, idênticos para as três sociedades), são os que a seguir se identificam, assinalando o respetivo percurso profissional:



Chief Executive Officer
Presidente do Conselho
de Administração:
António Nunes da Silva

Formações executivas:

Harvard Business School, Insead, AESE
Licenciatura em Economia, FEP

Desde 2015

Presidente do Conselho de Administração das empresas Golden Actives, SGPS, S.A., Golden Assets-SGP, S.A. e Golden Broker, S.A.

2004-2013 Barclays Bank

2013 Head of Distribution Portugal, Espanha, França, Itália e Emirados Árabes Unidos European Retail and Business Bank (EMERBB) | Membro da Comissão Executiva Ibérica
2012 Chief Sales Officer Iberia (Espanha e Portugal)
Membro da Comissão Executiva Ibérica

2010-2012 Chief Marketing & Sales Officer Portugal | Membro da Comissão Executiva Portugal

2004-2010 Chief Sales Officer Portugal | Membro da Comissão Executiva Portugal

2001-2004 Banco Comercial Português Diretor

1991-2001 Banco Pinto & Sottomayor

1995-2001 Diretor Comercial e Diretor Regional

1991-1995 Diretor de Agência



Chief Investment Officer
Administrador:
Sérgio Silva

Doutoramento em Gestão, ISEG

Mestrado em economia Monetária e Financeira, ISEG

Licenciatura em economia, UP

Desde 2000

Chief Investment Officer e Administrador das empresas Golden Actives, SGPS, S.A., Golden Assets-SGP, S.A. e Golden Broker, S.A.

Desde 2007

Professor Auxiliar Convidado no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), onde leciona a disciplina de “Produtos e Mercados de Dívida” do curso de Mestrado em Finanças e a disciplina “Derivados de Taxa de Juro” do curso pós-graduação em Análise Financeira do IDEFE.

2006

Bolseiro FCT

2000-2006

Professor Auxiliar Convidado, na Universidade Portucalense – Infante D. Henrique (Departamento de Economia), nas

disciplinas de “Mercados Financeiros” (desde 1997), “Econometria” (desde 1999); “Instrumentos Financeiros Derivados” e “Finanças Internacionais” (desde 2004)

2001-2006

Professor Adjunto convidado no Instituto Superior de Administração e Gestão (ISAG), na disciplina de “Mercados Financeiros” da licenciatura de gestão, e do módulo “Avaliação de Instrumentos Financeiros” da Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças

1999-2003

Formador do IMC – Instituto do Mercado de Capitais



Chief Legal Officer
Administrador:
João Correia de Matos

Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Porto

Desde 2013

Chief Legal Officer e Administrador das empresas Golden Actives, SGPS, S.A., Golden Assets-SGP, S.A. e Golden Broker, S.A.

2012-2013

Administrador no Conselho de Administração da PME Investimentos – Sociedade de Investimento, S.A.

2005-2013

Administrador no Conselho de Administração da InovCapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.

2003-2005

Vogal da Direção da Opex – Sociedade Gestora de Mercado de Valores Mobiliários, S.A.

1998-2002

Presidente e depois Vice-Presidente do Conselho de Administração da Interbolsa - Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A.: Auditor e depois Vice-Presidente da European Central Securities Depositories Association (2000 a 2002)

1995-1998

Vogal do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)

1988-1995

Jurista e a partir de final de 1990 Diretor de Operações da Bolsa de Valores do Porto (BVP)

FISCAL ÚNICO

Quanto ao órgão de fiscalização, para as três sociedades o modelo adotado é de Fiscal Único. A eleição e substituição do Fiscal Único compete à Assembleia Geral, igualmente de acordo com as regras gerais do Código das Sociedades Comerciais, com observância do RGICSF e aprovação prévia pelo Banco de Portugal. Dando cumprimento aos deveres impostos pelo RGICSF, existe uma Comissão de Seleção, Avaliação e Remuneração (CSAR) para os membros dos órgãos sociais, abrangendo os membros, efetivo e suplente, que integram o Fiscal Único.

O Fiscal Único é a PKF & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Nuno Miguel Barros Martins Damas, como Fiscal Único Efetivo e de Tiago Licínio da Costa Romeiro da Rocha como Fiscal Único Suplente.

COMISSÕES E COMITÉS

As Comissões e Comitês existentes resultam de deliberação aprovada pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração.

Comissão de Seleção, Avaliação e Remunerações

Na Golden Assets e na Golden Broker, existe a Comissão de Seleção, Avaliação e Remunerações (“CSAR”), a qual faz parte do documento “Política Interna de Seleção, Avaliação da Adequação e de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais” aprovada pelas respetivas Assembleias Gerais em março de 2015. Os membros dos órgãos sociais abrangidos pela CSAR são os Administradores e Fiscal Único, bem como, para os titulares de funções essenciais, o responsável do Compliance e do controlo de risco. Atualmente, a CSAR é composta por 3 acionistas, e o seu modo de funcionamento está descrito no documento anteriormente mencionado, sendo as reuniões formalizadas em atas assinadas pelos presentes. Este documento é divulgado em cada Relatório de Gestão anual, podendo ser consultado diretamente através do site na internet de cada empresa. A primeira intervenção da CSAR ocorreu com a eleição da PKF para Fiscal Único.

A CSAR tem as seguintes competências:

- Proceder à seleção e avaliação previstas na “Política Interna de Seleção, Avaliação da Adequação e de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais”;
- Proceder à fixação da remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização tendo presente a política constante do documento anterior;
- Apoiar e aconselhar o Conselho de Administração e/ou a Assembleia Geral no preenchimento das

vagas ocorridas nos órgãos sociais e/ou na chefia das áreas essenciais da empresa;

- Auxiliar o Conselho de Administração no processo de avaliação e de fixação das remunerações dos responsáveis das áreas essenciais da empresa.

Comité de Investimentos

Na Golden Assets e na Golden Broker existe o Comité de Investimentos, que é um órgão interno criado por deliberação do Conselho de Administração. As competências, modo de funcionamento e composição estão definidos em documento próprio denominado “Termos de Referência”. O Comité de Investimentos, num total de 11 elementos, é presidido pelo Administrador com a supervisão dos Investimentos (CIO – Chief Investment Officer) e é composto por mais 8 membros da Golden, sendo um o Administrador com a supervisão do Compliance e por 7 responsáveis das várias áreas da empresa; além destes e com o objetivo de dotar o Comité com a melhor informação disponível, o Comité de Investimentos conta ainda com 2 membros externos especialistas em forex e commodities. O Comité de Investimentos reúne ordinariamente todas as semanas, podendo haver reuniões extraordinárias se as circunstâncias assim o determinarem. Todas as reuniões são formalizadas em atas assinadas pelos presentes. Em 2016, o Comité de Investimentos realizou 50 reuniões ordinárias e uma reunião extraordinária (no seguimento do referendo sobre o Brexit).

O Comité de Investimentos tem as seguintes competências

- Analisar e discutir os dados macro-económicos;
- Analisar e discutir a evolução dos mercados;

- Decidir a alocação de ativos (asset allocation), de acordo com as subclasses consideradas na definição dos respetivos benchmarks;
- Apreciar e decidir novas ideias de investimento;
- Acompanhar as ideias de investimento em curso;
- Analisar e decidir novas estratégias de investimento no âmbito da gestão de carteiras;
- Definição dos temas a abordar no âmbito da atividade de aconselhamento financeiro;
- Apreciar outros assuntos que sejam propostos pelo Conselho de Administração.



Comité de Cliente

Na Golden Assets e na Golden Broker existe o Comité de Cliente, que é um órgão interno criado por deliberação do Conselho de Administração. As competências, modo de funcionamento e composição estão definidos em documento próprio denominado “Termos de Referência”. O Comité de Cliente é presidido pelo Presidente do Conselho de Administração e é composto por mais 4 membros, todos responsáveis de áreas da empresa. O Comité de Cliente reúne ordinariamente com periodicidade mensal, sendo elaboradas e assinadas atas das reuniões.

COMPLIANCE, PREVENÇÃO DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAL E COMBATE AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

As matérias relativas ao *Compliance* e à Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo são de importância fundamental, em especial para as entidades que atuam no setor financeiro.

Neste âmbito, a Golden Assets e a Golden Broker cumprem com os seguintes procedimentos:

a) Existe um Regulamento Interno, aplicável a todos os membros dos órgãos sociais e colaboradores, que define nomeadamente regras de conduta, diligência profissional, confidencialidade, prevenção de conflitos de interesse, prevenção de operações de branqueamento de capital, organização interna (abrangendo a indicação de Responsável pelo Sistema de Controlo de Cumprimento (Compliance), e a criação de um Sistema de Controlo Interno) e o tratamento das reclamações de clientes.

b) É elaborado anualmente e enviado para as entidades reguladoras, um Relatório de Controlo Interno, onde nomeadamente se descreve a estratégia de negócios prosseguida, a organização interna com indicação das áreas funcionais, unidades de estrutura relevantes e respetivos responsáveis, medidas tomadas para corrigir ou prevenir eventuais deficiências detetadas, bem como a gestão de risco implementada inerente às atividades de gestão de carteiras.

c) É elaborado anualmente e enviado para as entidades reguladoras, um relatório específico sobre o sistema de controlo interno para a prevenção do branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo.

d) É elaborado anualmente e enviado as entidades reguladoras, um questionário de auto-avaliação em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo.

ATIVIDADE

Na área comercial prosseguiu o alargamento equilibrado dos recursos humanos e o reforço da presença institucional da Sociedade. Neste particular, importa destacar a abertura de um escritório na cidade do Funchal, que iniciou a sua atividade a partir do segundo semestre de 2016. Encontra-se, assim, praticamente coberto todo o território nacional, permitindo oferecer uma rede de suporte aos clientes e às equipas que os acompanham.

A atividade da Golden Assets desenvolveu-se durante o ano de 2016 de forma positiva, conseguindo aumentar o volume de ativos sob gestão, incluindo a consultoria, bem como o número de novos clientes.

Saliente-se que a Golden Assets continua a exibir uma estrutura financeira sólida, terminando o ano de 2016 com um rácio de fundos próprios totais de 28.92%, em muito superior ao mínimo exigido pelo Banco de Portugal (8%).

Nos termos da regulamentação aplicável, à data de 31 de dezembro de 2016 os requisitos de fundos próprios mínimos da Golden Assets eram de 506.152€,

sendo que o nível de fundos próprios apurados foi de 1.829.865€, o que implica um excesso de fundos próprios de 1.323.713€.

No final de 2016, o volume total da carteira de clientes (englobando o aconselhamento financeiro - “advising”) fixou-se em 979 milhões de euros, evidenciando um crescimento superior a 21% comparativamente a 2015. Continua deste modo a verificar-se o sucesso da estratégia prosseguida pela Sociedade, oferecendo um serviço de gestão e de aconselhamento de qualidade e independência.

O crescimento na carteira de clientes foi acompanhado pelo aumento das comissões fixas recebidas em 37%, sendo que o valor global de comissões diminuiu face a 2015 fundamentalmente pela redução das comissões variáveis. Contudo, o cuidado na contenção de custos, que diminuíram, permitiu que o decréscimo no produto bancário fosse de cerca de - 9%, ainda assim uma variação bem menor do que a verificada no valor global de comissões.

Decorrente do exposto, a Golden Assets obteve em 2016 um resultado líquido positivo de 6.126,18€. Não tendo havido alterações no capital social, este valor implica um resultado por ação de cinco cêntimos.

PERSPETIVAS

O ano de 2017 continuará a ser um ano de expansão da atividade do serviço de “advising”, juntamente com o serviço de gestão discricionária.

Nesse sentido, a Golden Assets deverá posicionar-se cada vez mais como a maior sociedade gestora de patrimónios independente com sede em Portugal.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe a transferência do resultado líquido positivo, no montante de 6.126,18 € da seguinte forma:

- Reserva legal (10%): 612,62 €
- Resultados transitados: 5.513,56 €

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu agradecimento a todos aqueles que colaboraram no desenvolvimento da sociedade, pela forma empenhada e profissional como corresponderam ao esforço que lhes foi solicitado:

Aos clientes pela preferência com que nos distinguiram

Às instituições financeiras que nos apoiaram

Ao Fiscal Único pelo apoio manifestado e interesse demonstrado

A todos os colaboradores da sociedade, pela dedicação e competência com que contribuíram para o desenvolvimento da atividade

Ao Banco de Portugal e à CMVM pelos esclarecimentos recebidos

Porto, 20 de abril de 2017
O Conselho de Administração

António José Nunes da Silva
Presidente

João Carlos de Magalhães Correia de Matos
Vogal

Sérgio Ferreira da Silva
Vogal

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço em base individual (NCA) em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(valores expressos em euros)

Ativo	Notas	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	Ano anterior (31-12-2015)
		1	2	3=1-2	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		1.259		1.259	2.371
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	169.378		169.378	64.195
Ativos financeiros disponíveis para venda	4	53.339		53.339	53.788
Aplicações em instituições de crédito	3	500.000		500.000	400.000
Outros ativos tangíveis	5	948.354	556.866	391.488	428.969
Ativos intangíveis	5	97.521	84.821	12.700	21.200
Ativos por impostos correntes	6	17.901		17.901	16.014
Outros ativos	7	1.273.016		1.273.016	1.899.799
Total de Ativo		3.060.768	641.686	2.419.082	2.886.334
Passivo	Notas			31-12-2016	Ano anterior (31-12-2015)
Passivos por impostos correntes	6			0	58.710
Outros passivos	7			553.852	966.256
Total de Passivo				553.852	1.024.966
Capital					
Capital	8			500.000	500.000
Outros instrumentos de capital	9			125.000	125.000
Reservas de reavaliação	10			22.665	24.930
Outras reservas e resultados transitados	10			1.211.439	1.166.148
Resultado do exercício	18			6.126	45.291
Total de Capital				1.865.229	1.861.368
Total de Passivo + Capital				2.419.082	2.886.334
Rubricas Extrapatrimoniais	Notas			31-12-2016	Ano anterior (31-12-2015)
Responsabilidade potencial para com o S.I.I.	24			42.575	41.482
Valores administrados pela instituição	24			587.470.646	540.938.529

O Contabilista Certificado O Conselho de Administração

Demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(valores expressos em euros)

	Notas	31-12-2016	Ano anterior (31-12-2015)
Juros e rendimentos similares		4.196	4.350
Juros e encargos similares		-	(102)
Margem financeira		4.196	4.248
Rendimentos de serviços e comissões	11	4.256.577	6.673.692
Encargos com serviços e comissões	12	(2.177.360)	(4.452.995)
Resultados de reavaliação cambial		(42.080)	135.336
Outros resultados de exploração	16	76.824	(45.164)
Produto bancário		2.118.158	2.315.117
Gastos com o pessoal	13 e 14	(1.032.641)	(1.078.685)
Gastos gerais e administrativos	15	(991.965)	(1.062.494)
Amortizações do exercício	5	(62.331)	(69.937)
Resultados antes de impostos		31.221	104.001
Impostos correntes	6	(25.094)	(58.710)
Resultado após impostos		6.126	45.291
Resultado por ação			
Básico	18	0,06	0,45
Diluído	18	0,06	0,45

O Contabilista Certificado O Conselho de Administração

Demonstração dos resultados e outros rendimentos integral para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em euros)

	Notas	31-12-2016	Ano anterior (31-12-2015)
Resultado líquido do exercício		6.126	45.291
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		(2.265)	22.820
Rendimento integral do exercício		3.861	68.111

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração do rendimento integral

O Contabilista Certificado O Conselho de Administração

Demonstração das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em euros)

	Notas	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação do justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Total dos capitais próprios
Saldo em 1 de Janeiro de 2015		500.000	125.000	2.110	1.158.519	7.628	1.793.258
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	22.820	-	-	22.820
Aplicação do resultado do exercício de 2014:							
Transferência para reservas e resultados transitados		-	-	-	7.628	(7.628)	-
Resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015		-	-	-	-	45.291	45.291
Saldo em 31 de Dezembro de 2015		500.000	125.000	24.930	1.166.148	45.291	1.861.369
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	(2.265)	-	-	(2.265)
Aplicação do resultado do exercício de 2015:							
Transferência para reservas e resultados transitados	10	-	-	-	45.291	(45.291)	-
Resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016		-	-	-	-	6.126	6.126
Saldo em 31 de Dezembro de 2016		500.000	125.000	22.665	1.211.439	6.126	1.865.230

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

O Contabilista Certificado O Conselho de Administração

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em euros)

Atividades Operacionais	31-12-2016	Ano anterior (31-12-2015)
Juros, comissões e rendimentos recebidos	5.327.175	6.756.830
Juros, comissões e encargos similares pagos	(3.146.444)	(5.085.379)
Pagamentos ao pessoal	(1.032.641)	(1.054.586)
Recebimentos/(pagamentos) de impostos	(180.907)	(39.911)
Resultados de reavaliação cambial		639
Outros recebimentos e pagamentos de exploração	(804.558)	(297.279)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos operacionais	162.625	280.314
Diminuições/(aumentos) em		
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.905	2.176
Aplicações em instituições de crédito	(100.000)	(250.000)
Outros ativos	626.782	840.947
Fluxo líquido proveniente dos ativos operacionais	529.687	593.123
Aumentos/(diminuições) em		
Outros passivos	(579.992)	(912.379)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	(579.992)	(912.379)
Fluxo das atividades operacionais (1)	112.320	(38.942)
Atividades de Investimento:		
Diminuições/(aumentos) de ativos intangíveis	3.150	(18.793)
Diminuições/(aumentos) de outros ativos tangíveis	(11.400)	-
Fluxo das atividades de investimento (2)	(8.250)	(18.793)
Atividades de Financiamento:		
Distribuição de dividendos	-	-
Fluxo das atividades de financiamento (3)	-	-
Aumento/(diminuição) de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	104.071	(57.736)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	66.566	124.302
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	170.637	66.566

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

O Contabilista Certificado O Conselho de Administração

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(montantes expressos em euros)

DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

	2016	2015
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.259	2.371
Disponibilidades em outras instituições de crédito	169.378	64.195
Caixa e seus equivalentes	170.637	66.566
Aplicações da Sociedade em instituições de crédito	500.000	400.000
Disponibilidades constantes do balanço	670.637	466.566

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as aplicações da Sociedade em instituições de crédito não foram consideradas como parte integrante dos componentes de caixa e seus equivalentes pelo facto do prazo do seu vencimento ser superior a três meses e não haver intenção, por parte do Conselho de Administração, de proceder ao seu resgate antecipado.

O Contabilista Certificado O Conselho de Administração

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA INTRODUTÓRIA

A GOLDEN ASSETS – SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S.A. (adiante designada por “GOLDEN ASSETS” ou “Sociedade”) foi constituída em 21 de março de 1991, sob a forma de sociedade anónima, tendo por objeto social a administração de valores mobiliários propriedade de terceiros e a prestação de serviços de consultoria de investimentos. A Sociedade tem a sua sede social na Avenida da Boavista, n.º 2427/29, no Porto.

Nos termos da legislação em vigor, a atividade da Sociedade encontra-se sob supervisão do Banco de Portugal e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (“NCA”), estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e n.º 18/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 1 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

As Normas de Contabilidade Ajustadas correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal. As diferenças entre os dois normativos não têm impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade, em 31 de dezembro de 2016.

Durante o exercício de 2016, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as NCA’s, o Conselho de Administração da Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com

base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração da Empresa entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

1.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de aquisição pelo respetivo justo valor, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à transação, exceto no caso dos instrumentos financeiros cuja mensuração do justo valor seja efetuada através de resultados. Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias:

i) Ativos financeiros

i.1) Contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, registados nesta categoria no reconhecimento inicial. Esta categoria inclui depósitos bancários e valores a receber pela prestação de serviços.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos no balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

i.2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação.

Os ativos classificados como disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, correspondente ao montante pelo qual um instrumento financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado ou estimado, permanecendo nesse caso registados ao custo de aquisição. O justo valor é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos.

Anos de vida útil

Obras em imóveis arrendados	10
Equipamento:	
Mobiliário	4 a 8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3 a 4
Equipamento de transmissão	3
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	5

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica “Reservas de reavaliação de justo valor”, exceto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de ativos monetários, até que o ativo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados.

Em caso de evidência objetiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda acumulada na “Reserva de reavaliação de justo valor” é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros detidos pela Sociedade são registados na data de contratação ao respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes passivos são valorizados pelo custo amortizado.

b) Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

O património artístico não é objeto de amortização. São obtidas regularmente avaliações para determinar se o património artístico pode estar em imparidade. Caso seja aplicável, estas avaliações determinam o correspondente registo de imparidade na demonstração de resultados.

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a aquisição de software, sendo amortizados, em duodécimos, pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em média corresponde a um período de três anos. As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

d) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locação financeira se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e (ii) como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existem contratos de locação financeira.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

e) Encargos com serviços e comissões

Os custos inerentes à angariação e fidelização de clientes são integralmente registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

f) Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira

Os câmbios utilizados para a conversão em Euros dos ativos e passivos incluídos no balanço, na

demonstração dos resultados, na demonstração do rendimento integral e nas carteiras de ativos sob gestão, originariamente expressos em moeda estrangeira, foram os publicados pelo Banco Central Europeu à data de 31 de dezembro de 2016.

Os proveitos e custos apurados nas diferenças de moeda são convertidos para Euros ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

g) Comissões

Os serviços prestados pela Sociedade são remunerados sob a forma de comissões de gestão e de consultoria, registadas na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 11).

De acordo com os contratos de gestão, não existe por parte da Sociedade qualquer garantia de rentabilidade do capital administrado.

A Sociedade auferir uma comissão de gestão fixa e uma comissão de gestão variável sobre os patrimónios geridos:

(i) componente fixa, anual, calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s), sobre o valor médio diário da carteira, tendo em consideração as entregas de novos fundos ou levantamentos dos existentes, em numerário ou em valores mobiliários;

(ii) componente variável (performance) é, calculada e cobrada anualmente segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s) em função da rentabilidade anualizada (líquida da componente fixa), ponderada temporalmente pelas entradas e saídas de numerário e valores mobiliários, e incidirá sobre o capital médio investido na carteira desde o início do ano ou da data de início dos movimentos, quando esta não coincida com o início do ano.

h) Rubricas extrapatrimoniais

A atividade da Sociedade, gestão contratada de ativos, encontra-se relevada em rubricas extrapatrimoniais. Estas rubricas referem-se, essencialmente, às carteiras de ativos geridas pela Sociedade. Estas carteiras, para além de disponibilidades, incluem valores mobiliários. Os valores mobiliários sob gestão, encontram-se registados pelo valor de mercado, ou, tratando-se de valores não cotados e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado ou estimado, pelo respetivo valor nominal, e as unidades de participação em fundos de investimento com base nas cotações disponibilizadas pelas instituições financeiras e/ou pelas respetivas Sociedades Gestoras (Nota 20).

i) Julgamentos e estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

j) Gestão do Risco Financeiro

A atividade da Sociedade está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de taxa de câmbio e o risco de liquidez.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Sociedade, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas.

i. Risco de taxa de câmbio

A Sociedade transaciona títulos expressos em diversas moedas, estando assim exposta ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da Sociedade a flutuações cambiais.

A exposição da Sociedade ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, da faturação efetuada em moeda estrangeira (USD), a qual regularmente (em função do momento do recebimento) é transformada em Euros.

Face à reduzida dimensão dos saldos em moeda estrangeira não foram efetuadas análises de sensibilidade às variações da taxa de câmbio.

ii. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A existência de liquidez na Sociedade implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo:

(i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; **(ii) Segurança**, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e **(iii) Eficiência Financeira**, isto é, garantir que a Sociedade maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

iii. Risco de crédito

O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional da Sociedade.

k) Impostos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros

que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a sua recuperabilidade, o qual é determinado com base em projeções de evolução futura do negócio.

l) Rédito e especialização de exercícios

Na sua atividade de gestão de patrimónios, a Sociedade reconhece o rédito das comissões variáveis e fixas mensalmente, apesar do seu cálculo ser efetuado de acordo com a rentabilidade anual das carteiras e com o capital médio ponderado (respetivamente), sendo ajustado em conformidade com os valores anuais das mesmas.

As restantes receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento (Nota 7).

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação do Conselho de Administração da Sociedade.

m) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Sociedade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos pela Sociedade como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da sociedade ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade, sendo os

mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

n) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Sociedade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“non adjusting events”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

1.3. ALTERAÇÕES DAS POLITICAS CONTABILISTICAS

No decurso do exercício de 2016 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face ao exercício anterior.

1.4. INFORMAÇÃO COMPARATIVA

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 são comparáveis em todos os aspetos relevantes com os valores do exercício de 2015.

2. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica diz respeito a depósitos à ordem junto de instituições de crédito nacionais.

3. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica era composta pelas seguintes aplicações junto de outras instituições de crédito:

Aplicações em instituições de crédito no país	2016	2015
Depósitos a prazo	500.000	400.000

4. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica refere-se a obrigações que podem ser detalhadas como segue:

Títulos	Quantidade	Valor nominal	Cotação 31.12.2016	Valor de Balanço 31.12.2016	Valor de Balanço 31.12.2015	Custo de aquisição
Obrigações do Tesouro – OT's 4,35 10 2017	5.000.000	0,01€	-	-	53.788	49.375
Obrigações do Tesouro – OT's 3,85% 04 2021	50.000	1,00€	106,7%	53.339	-	53.925
				53.339	53.788	

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as Obrigações do Tesouro estavam dadas em garantia para cobertura de responsabilidades potenciais no âmbito do Sistema de Indemnização de Investidores.

5. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento nos “Outros ativos tangíveis” e “Ativos intangíveis”, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2016					
Ativo bruto					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Ativos Intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados	94.371	3.150	-	-	97.521
	94.371	3.150	-	-	97.521
Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	361.050	-	-	-	361.050
Mobiliário e material	138.684	3.168	-	-	141.852
Máquinas e ferramentas	13.068	-	-	-	13.068
Equipamento informático	157.496	3.798	-	-	161.295
Equipamento de Transmissão	3.048	-	-	-	3.048
Equipamento de Ambiente	2.128	5.951	-	-	8.078
Material de transporte	24.600	-	24.600	-	-
Equipamento de segurança	20.804	284	-	-	21.088
Património Artístico	238.875	-	-	-	238.875
	959.753	13.200	24.600	-	948.354
	1.054.124	16.350	24.600	-	1.045.875

2016					
Amortizações e perdas de imparidade					
Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Ativos Intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados	73.171	11.650	-	-	84.821
	73.171	11.650	-	-	84.821
Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	248.555	22.311	-	-	270.866
Mobiliário e material	94.040	7.695	-	-	101.735
Máquinas e ferramentas	10.500	1.407	-	-	11.907
Equipamento informático	132.649	17.111	-	-	149.759
Equipamento de Transmissão	3.048	-	-	-	3.048
Equipamento de Ambiente	1.064	1.010	-	-	2.074
Material de transporte	24.600	-	24.600	-	-
Equipamento de segurança	16.329	1.148	-	-	17.477
	530.784	50.681	24.600	-	556.866
	603.955	62.331	24.600	-	641.686



2015

Ativo bruto

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Ativos Intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados	62.571	31.800	-	-	94.371
	62.571	31.800	-	-	94.371
Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	347.990	13.060	-	-	361.050
Mobiliário e material	95.326	43.358	-	-	138.684
Máquinas e ferramentas	11.017	2.051	-	-	13.068
Equipamento informático	130.323	27.173	-	-	157.496
Equipamento de Transmissão	3.048	-	-	-	3.048
Equipamento de Ambiente	2.128	-	-	-	2.128
Material de transporte	24.600	-	-	-	24.600
Equipamento de segurança	16.477	4.327	-	-	20.804
Património Artístico	215.175	23.700	-	-	238.875
	846.084	113.669	-	-	959.753
	908.655	145.469	-	-	1.054.124

2015

Amortizações e perdas de imparidade

Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Ativos Intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados	62.571	10.600	-	-	73.171
	62.571	10.600	-	-	73.171
Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	226.245	22.311	-	-	248.556
Mobiliário e material	84.584	9.456	-	-	94.040
Máquinas e ferramentas	9.093	1.407	-	-	10.500
Equipamento informático	113.993	18.656	-	-	132.649
Equipamento de Transmissão	3.048	-	-	-	3.048
Equipamento de Ambiente	798	266	-	-	1.064
Material de transporte	18.450	6.150	-	-	24.600
Equipamento de segurança	15.238	1.091	-	-	16.329
	471.448	59.337	-	-	530.784
	534.019	69.937	-	-	603.955

6. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os ativos por impostos correntes são como se segue:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	2016	2015
Pagamento por conta/Pagamento especial por conta	-	13.197
IRS/IRC a recuperar	11.684	-
IRS/IRC a recuperar – obrigações	6.217	2.817
	17.901	16.014

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os passivos por impostos correntes são como se segue:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	2016	2015
Estimativa de imposto a pagar do exercício	-	58.710
	-	58.710

Nos exercícios de 2016 e 2015, a Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente derrama sendo a taxa de imposto agregada de 22,5%.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2016 e 2015 pode ser demonstrada como segue:

	2016		2015	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultados antes de impostos		31.221		104.001
Imposto apurado com base na taxa nominal	22,50%	9.389	22,50%	40.326
Tributação autónoma		15.034		18.384
Outros (Derrama)		671		-
Imposto apurado com base na taxa efetiva	80,38%	25.094	56,45%	58.710
Do qual:				
Imposto corrente		25.094		58.710

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de doze anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de dezembro de 2016 não existiam prejuízos fiscais reportáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

7. OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros ativos” pode ser detalhada como se segue:

	2016	2015
Devedores diversos		
Cientes	1.127.739	730.662
Notas de crédito a clientes	(2.329)	(3.356)
	1.125.410	727.306
Proveitos a receber		
Comissões a receber	56.232	988.985
Juros a receber	1.915	881
	58.147	989.866
Despesas com encargos diferidos		
Seguros	7.201	6.218
Rendas	24.390	27.386
Outros	20.882	16.888
	52.473	50.492
Outros ativos – Setor Público Administrativo		
Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar	28.715	127.143
Outros	8.271	4.991
	36.986	132.134
	1.273.016	1.899.799

O saldo da rubrica de “Clientes” em 31 de dezembro de 2016 refere-se, essencialmente, às comissões devidas pelos mesmos relativamente a prestações de serviços efetuadas durante o mês de dezembro, as quais foram recebidas durante os primeiros dias de 2017 (Nota 1.2.g).

O saldo da rubrica “Comissões a receber” em 31 de dezembro de 2016 refere-se, às comissões especializadas mas ainda não faturadas aos clientes.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros passivos” pode ser detalhada como se segue:

	2016	2015
Fornecedores e outros credores:		
Fornecedores	294.993	262.020
	294.993	262.020
Encargos a pagar:		
Gastos com pessoal	112.142	125.780
Outros custos administrativos	107.577	533.936
	219.719	659.716
Outras exigibilidades – Setor Público Administrativo:		
Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares		
Retenção na fonte	24.561	27.789
Contribuições para a Segurança Social	14.579	16.731
	39.140	44.520
	553.852	966.256

O saldo da rubrica “Fornecedores” tem maturidade até 3 meses.

8. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital da Sociedade era representado por 100.000 ações com o valor nominal de 5 Euros cada, integralmente subscrito e realizado.

9. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

O saldo desta rubrica refere-se a prestações suplementares realizadas, em exercícios anteriores, pelos acionistas da Sociedade, no montante de 125.000 Euros. As prestações suplementares não vencem juros e só poderão ser restituídas aos acionistas se o capital próprio da Sociedade, após essa restituição, não ficar inferior ao somatório do capital social e reserva legal.

10. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outras reservas e resultados transitados” tem a seguinte composição:

	2016	2015
Reserva legal	181.699	177.170
Resultados transitados	1.029.740	988.978
	1.211.439	1.166.148

A legislação vigente para o setor bancário, aplicável à Sociedade, determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital. A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

A Assembleia Geral de Acionistas realizada em 31 de março de 2016 aprovou a transferência do resultado líquido do exercício de 2015 para “Outras reservas e resultados transitados” como segue:

Reserva legal	4.529
Resultados transitados	40.762
	45.291

O montante de (2.265) Euros registado como variação no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 na rubrica “Reservas de reavaliação de justo valor” diz respeito à desvalorização dos ativos disponíveis para venda (Nota 4).

11. RENDIMENTOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Sendo o objeto social da Sociedade a administração de bens por conta de terceiros e a prestação de consultoria em matéria de investimento, estes proveitos, registados sob a forma de comissões, representam aproximadamente 97%, do total de proveitos imputados a ambos os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

As comissões cobradas incidem sobre uma base representativa da carteira de cada cliente valorizada de acordo com os princípios acordados entre as partes. Desta forma, para efeitos de cálculo da comissão de gestão, os ativos que compõem as carteiras dos clientes são valorizados de acordo com o Aviso nº 3/04 de 23 de junho, aplicável às sociedades gestoras de patrimónios (Notas 1.2 g) e h)).



Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Comissões de gestão fixas	2.197.651	1.600.053
Comissões de gestão variáveis	758.896	3.738.048
Comissões relativas a serviços de consultoria	1.300.030	1.335.591
	4.256.577	6.673.692

12. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Comissões de gestão fixas	2.172.726	4.432.447
Serviços bancários	4.634	20.548
	2.177.360	4.452.995

13. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Remunerações dos órgãos de gestão (Nota 14)	121.781	180.308
Remunerações dos colaboradores	706.244	691.827
Encargos sociais obrigatórios	198.218	199.541
Outros custos com pessoal	6.398	7.009
	1.032.641	1.078.685

O número médio de trabalhadores e administradores executivos ao serviço da Sociedade encontrava-se repartido da seguinte forma:

	2016	2015
Administradores executivos	3	3
Diretores	1	1
Pessoal técnico	20	18
Pessoal administrativo	2	2
	26	24



14. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E FISCAL ÚNICO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as remunerações e outros encargos correntes atribuídos aos membros do Conselho de Administração ascenderam a 121.781 Euros e 180.308 Euros, respetivamente (Nota 13).

As remunerações brutas liquidadas aos membros do Conselho de Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser discriminadas como segue:

	2016			2015		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
António Nunes da Silva	53.994	-	53.994	53.718	-	53.718
João Correia de Matos	30.395	-	30.395	69.372	-	69.372
Sérgio Silva	37.392	-	37.392	57.218	-	57.218
	121.781	-	121.781	180.308	-	180.308

O Fiscal Único da Sociedade é a PKF & Associados, SROC, Lda., o qual não auferiu qualquer remuneração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, por ter sido nomeado após o fim do exercício.

Em 31 de dezembro de 2016 e ao longo do exercício, não existiram adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

15. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Serviços especializados	385.541	364.434
Rendas e alugueres (Nota 17)	277.784	257.367
Deslocações e estadas	119.340	146.133
Rendas de locação operacional	55.984	100.418
Comunicações	45.355	54.177
Publicidade	17.199	19.534
Outros	90.761	120.429
	991.965	1.062.494

16. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica pode ser desagregada como segue:

	2016	2015
Contribuições para o sistema de indemnizações	(1.500)	(500)
Outros custos	(17.602)	(78.559)
	(19.102)	(79.059)
Cedências de pessoal	15.663	8.150
Outros ganhos e rendimentos	80.263	25.746
	95.926	33.896
Outros resultados de exploração	76.824	(45.164)



17. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as transações realizadas com outras empresas do Grupo Golden Actives, outras sociedades com acionistas comuns e com sociedades relacionadas foram como segue:

31.12.2016	Solid Assets	Golden Broker	Golden Real Estate	Golden Corporate Consultores, Lda	GLD Serviços	UP Rigorosa Finance	Rigorosa Condição	Vintageburgo	IMF	GMDI	A4	Vasco Freitas
Rendas e alugueres	(180.000)											
Serviços partilhados		(6.000)										
Comissões suportadas		(275.637)				(1.349)	(7.850)	(1.733.409)	(19.861)			(52.090)
Serviços especializados					(120.000)						(385)	
Rendimentos obtidos		36.000	6.000	6.000						6.000		

31.12.2015	Solid Assets	Golden Broker	NN Consulting	Golden Corporate Consultores, Lda	GLD Serviços	UP Finance	Rigorosa Condição	Vintageburgo	Vasco Freitas
Rendas e alugueres	(160.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços partilhados	-	(6.000)	-	-	-	(7.900)	-	-	-
Comissões suportadas	-	(115.715)	(1.985)	-	-	-	(7.326)	(3.272.057)	(43.867)
Serviços especializados	-	-	-	-	(120.000)	-	-	-	-
Rendimentos obtidos	-	36.000	-	-	-	-	-	-	-

18. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	2016	2015
Resultado para efeitos de cálculo do resultado por ação líquido e diluído	6.126	45.291
Número médio ponderado de ações para efeitos de cálculo do resultado por ação líquido e diluído	100.000	100.000
Resultado por ação		
Básico	0,06	0,45
Diluído	0,06	0,45

19. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 20 de abril de 2017. A sua aprovação final está ainda sujeita à concordância da Assembleia-geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

20. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Compromissos perante terceiros		
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	42.575	41.482
Responsabilidades por prestação de serviços		
Valores administrados pela instituição (Nota 1.2.h)	587.470.646	540.938.529

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da rubrica “Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores” corresponde ao compromisso irrevogável que a Sociedade assumiu, por força da lei aplicável de entregar àquele sistema, em caso de acionamento deste, os montantes necessários para financiamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a Sociedade tinha dado em penhor a sua carteira de investimento em Obrigações do Tesouro cujo valor de mercado ascende a 53.339 Euros e 53.787 Euros, respetivamente (Nota 4).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os ativos geridos pela Sociedade apresentam o seguinte detalhe:

	2016	2015
Disponibilidades e Dep.Prazo	314.014.491	266.533.020
Obrigações, ações e ETF's	198.101.118	165.389.292
Outros instrumentos financeiros	75.355.037	109.016.217
	587.470.646	540.938.529

A totalidade dos depósitos a prazo de clientes geridos pela Sociedade está depositada em instituições financeiras sediadas em Portugal, os restantes ativos são valorizados de acordo com os critérios descritos na Nota 1.2.h).

O Contabilista Certificado O Conselho de Administração

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Em cumprimento do estabelecido no Art. 447º do código das sociedades comerciais, declara-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização são titulares das seguintes ações da sociedade e que efetuaram as transações durante o exercício de 2016 que a seguir se discriminam:

Nome	Nº Ações 31/12/2015	Aquisição	Alienação	Nº Ações 31/12/2016	% Participação e direito de voto
Baobá - Investimentos Lda. (sociedade detida em 75% por António José Nunes da Silva)		9500	0	9500	9,5%

2. Para efeitos e nos termos do disposto no número quatro do Art. 448º do código das sociedades comerciais, à data de encerramento do exercício de 2016, é a seguinte a posição acionista:

Acionista	2016	2015
Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira	53.200	53,20%
Joaquim Pedro Almeida da Costa	10.100	10,10%

Nota: a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais da Golden Assets foi aprovada em Assembleia Geral de 31 de março de 2015 e objeto de divulgação no Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2014, sendo que se mantém em vigor conforme deliberado na Assembleia Geral de 28 de Abril de 2017 e a seguir se transcreve.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO E DOS TITULARES DE FUNÇÕES ESSENCIAIS DA GOLDEN ASSETS

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art. 2.º, da Lei 28/2009, de 19 de junho e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal 10/2011, de 29 de dezembro, é a seguinte a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Fiscal Único da Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (Golden Assets).

A - GERAL

A política de remunerações dos órgãos sociais da Golden Assets tem em vista, entre outros objetivos, contribuir para o alinhamento dos interesses dos administradores com funções executivas com os interesses da Sociedade e para o desincentivo da assunção excessiva de riscos.

Este alinhamento assenta, entre outros aspetos:

- No equilíbrio entre as componentes variável e fixa da remuneração dos administradores executivos, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração;
 - Na relação estabelecida entre o valor da remuneração variável e os resultados da Golden Assets;
 - No estabelecimento de limites máximos do valor da remuneração variável dos administradores executivos.
- Iguais objetivos presidem à fixação da remuneração dos diretores e demais colaboradores da Golden Assets.

No que diz respeito aos responsáveis pelo Compliance e pelo controlo de risco, a sua remuneração tem, no essencial, uma componente fixa, de modo a garantir a necessária independência de atuação, não estando a componente variável dependente dos resultados da Golden Assets.

Por fim, os membros do órgão de fiscalização têm uma remuneração exclusivamente fixa.

O Conselho de Administração da Golden Assets deve atender aos objetivos referidos supra aquando da fixação da política de remuneração dos diretores e demais colaboradores da sociedade.

A política de remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Fiscal Único é anualmente aprovada e revista, tendo presentes os objetivos supra e, bem assim, os riscos da atividade e das funções e, ainda, os interesses de longo prazo da sociedade.

B- POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DA GOLDEN ASSETS

A política de remunerações assente no seguinte conjunto de princípios:

- a) Clareza, simplicidade e alinhamento com os interesses e a cultura da Sociedade e do Grupo onde se insere;
- b) Não exposição excessiva a riscos e prevenção de conflitos de interesses;
- c) Adequação à manutenção de um nível crescentemente reforçado de fundos próprios;
- d) Prossecução dos interesses dos clientes;
- e) Competitividade face às práticas de mercado;
- f) Fixação de limites máximos para a componente variável da remuneração pagável em cada exercício;
- g) Fixação da componente variável após um processo de avaliação, com dimensão financeira e não financeira;
- h) Inexistência de acordos tendentes a fixar indemnizações em caso de cessação de funções, aplicando-se o respetivo regime legal.

Tendo presente o acima exposto, a política de remuneração atende a:

DESEMPENHO

As remunerações dos administradores que tenham funções executivas estão diretamente associadas aos níveis de desempenho obtidos:

- Pela sociedade;
- Pela área de negócio ou de apoio ao negócio à qual a pessoa em causa está associada;
- Pelo seu mérito individual.

COMPETITIVIDADE

A Golden Assets procura oferecer aos seus administradores pacotes remuneratórios competitivos, tendo em conta a prática do mercado para uma dada área de especialização, nível de responsabilidade e zona geográfica. Ao adotar esta política, a Golden Assets tem por objetivo dotar a sua estrutura de administração de elementos com capacidade, experiência e know how capazes de permitir a adequada prossecução dos objetivos da sociedade.

ESTRATÉGIA

A remuneração atribuída é ainda influenciada pelas necessidades específicas e prioridades estratégicas da Golden Assets, num dado momento, assim como pela importância e singularidade do contributo da pessoa para a organização.

EQUIDADE

A prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados.

ALINHAMENTO COM OS ACIONISTAS

A estrutura da remuneração e o seu modo de pagamento tende a privilegiar o alinhamento de interesses entre acionistas e administradores com funções executivas e, desse modo, a potenciar a adequada prossecução dos interesses da sociedade.

CONTROLO DO RISCO

A estrutura da remuneração e o seu modo de pagamento visa, igualmente, prevenir práticas de gestão que possam acarretar assunção excessiva de risco para a sociedade e, do mesmo passo, visa potenciar a prossecução dos interesses dos clientes.

C - COMPONENTES DA REMUNERAÇÃO

De acordo com os princípios gerais que foram acima referidos:

- a) A política de remunerações dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas diretrizes do Grupo em que a sociedade se insere, as quais atendem às melhores práticas do Mercado;
- b) No âmbito dos membros do Conselho de Administração é efetuada uma primeira e decisiva distinção entre os membros com funções executivas e, caso existam, não executivas;
- c) Relativamente aos que não exercem funções executivas não há lugar a remuneração;
- d) Os membros do Conselho que exerçam funções executivas estão sujeitos às regras que a seguir se enunciam;
- e) O Presidente e os restantes membros com funções executivas do Conselho são avaliados pela CSAR;
- f) O Fiscal Único é remunerado pela prestação de serviços de Revisor Oficial de Contas, em montante fixo, determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão da sociedade e o mercado onde se insere;
- g) A componente variável dos membros executivos da administração tem como limite máximo de 50% do valor anual da remuneração fixa.

Remuneração Fixa:

REMUNERAÇÃO FIXA

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa anual dos administradores executivos é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação do desempenho e as referências do mercado, tendo presentes as dimensões e a natureza da Golden Assets;
- c) A Remuneração Fixa dos administradores é fixada anualmente pela CSAR ou, não estando esta constituída ou apta a deliberar, pela Assembleia Geral.

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

- a) A remuneração comporta igualmente uma componente Variável, de atribuição não garantida, adequadamente equilibrada face à Remuneração Fixa, paga no mês de abril do ano subsequente ao da respetiva avaliação;
- b) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da Remuneração Variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos definidos anualmente para toda a estrutura do Grupo onde se integra a sociedade;
- c) A determinação do valor da Remuneração Variável tem por base os seguintes critérios: i) resultados da sociedade e do Grupo em que se integra; ii) desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos e qualitativos individuais alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação da sociedade;
- d) A Remuneração Variável destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em cada ano entre 0% e 50% do valor da Remuneração Fixa anual;
- e) A Remuneração Variável pode traduzir-se em participação nos lucros da sociedade ou no pagamento de prémio de desempenho;
- f) Tendo presente os critérios de cálculo e pagamento (em especial, o limite máximo estabelecido) não se antevê como necessário, de antemão, estabelecer diferimento no pagamento da Remuneração Variável.

BENEFÍCIOS

Os administradores executivos beneficiam de um seguro de saúde à semelhança do que sucede com os demais colaboradores da sociedade.

D - ASPETOS COMPLEMENTARES

Atento o disposto no n.º 5 do art. 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Não existem quaisquer seguros de remuneração ou outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração.

Os montantes pagos aos administradores em 2016, por outras sociedades que estão em relação de domínio ou de grupo com a sociedade, totalizaram um valor global de 141.700 euros.



COMISSÃO DE SELEÇÃO, AVALIAÇÃO E REMUNERAÇÕES

1. A CSAR é composta por 3 membros designados pela Assembleia Geral (um deles exercendo funções de Presidente), podendo ser ou não acionistas, escolhidos tendo em atenção o seu conhecimento especializado na área de intervenção da Comissão de Seleção, Avaliação e Remunerações.

2. Pelo menos, um dos membros da CSAR deverá reunir os requisitos seguintes:

2.1. Não estar associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade;

2.2. Não se encontrar em nenhuma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de ser titular ou atuar em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social da sociedade.

3. O Presidente poderá convidar uma pessoa terceira para exercer as funções de Secretário da CSAR, a quem competirá a elaboração das atas e arquivo da documentação.

4. Compete à CSAR:

4.1. Proceder à seleção e avaliação previstas no Capítulo I;

4.2. Proceder à fixação da remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização tendo presente a política constante do Capítulo II,

4.3. Apoiar e aconselhar o Conselho de Administração e/ou a Assembleia Geral no preenchimento das vagas ocorridas nos órgãos sociais e/ou na chefia das áreas essenciais da Golden Assets;

4.4. Auxiliar o CA no processo de avaliação e de fixação das remunerações dos responsáveis das áreas essenciais da Golden Assets.

5. A CSAR reunirá sempre que for convocada pelo respetivo Presidente ou por dois dos seus membros, e, nomeadamente, sempre que tenha que se pronunciar sobre as questões da sua competência, indicadas no n.º 3 deste Capítulo.

6. As reuniões da CSAR deverão ser convocadas com sete dias de antecedência, com indicação dos assuntos a tratar.

7. Cada membro da CSAR tem direito a um voto, tendo o Presidente voto de qualidade.

8. Das reuniões da CSAR serão elaboradas pelo Presidente ou, se existir, pelo Secretário, atas sucintas contendo as principais questões abordadas e as conclusões retiradas, que serão assinadas pelos membros presentes nas respetivas reuniões.

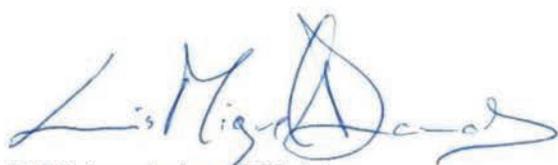
RELATÓRIO
E PARECER DO
FISCAL ÚNICO
GOLDEN ASSETS

Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. No desempenho das funções que nos estão legalmente confiadas e de harmonia com o mandato que nos foi atribuído, acompanhámos a atividade da “**Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.**” e procedemos às verificações que julgámos convenientes relativas ao exercício de 2016, nomeadamente no que respeita à escrituração dos livros, registos contabilísticos e documentação de suporte, tendo obtido sempre, quer da Administração quer dos serviços, os esclarecimentos solicitados.
2. Por só termos sido nomeados após 31 de dezembro de 2016 não nos foi possível acompanhar a atividade da Sociedade durante esse exercício, em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais. Contudo no final do exercício examinámos os documentos de prestação de contas e o Relatório de Gestão do Conselho de Administração que se encontra elaborado em obediência aos requisitos legais e em conformidade com os referidos documentos de prestação de contas, espelhando a situação da empresa e aludindo às operações de maior significado. Em consequência do exame efetuado, emitimos nesta data a respetiva Certificação Legal das Contas, na modalidade de opinião sem reservas e sem ênfases.
3. Face ao exposto, e não tendo tomado conhecimento de violação da Lei e dos Estatutos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:
 - a) O Relatório de Gestão do Conselho de Administração, bem como as contas por este apresentadas, relativas ao exercício de 2016;
 - b) A proposta do Conselho de Administração quanto à aplicação dos resultados.

Porto, 24 de abril de 2017



PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
Luís Miguel Damas (ROC n.º 1326 / CMVM n.º 20160936)

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt
PKF & Associados - SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1 - 4º Piso, Letras H e O | 1050 - 094
Lisboa – Portugal | Contribuinte n.º 504 046 683 | Capital Social € 50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

CERTIFICAÇÃO LEGAL
DAS CONTAS
GOLDEN ASSETS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 2.419.082 euros e um total de capital próprio de 1.865.229 de euros, incluindo um resultado líquido de 6.126 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados-SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1-4ºPiso, Letras H e O | 1050-094 Lisboa, Portugal | Contribuinte n.º504 046 683 | Capital Social €50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º152 e na CMVM sob o n.º20161462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.



Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>Rendimentos de Serviços e Comissões (Notas 1.2.g) e 11 do Anexo às demonstrações financeiras)</p>	
<p>Em 31 de dezembro de 2016 o valor dos rendimentos por serviços e comissões prestados a clientes, durante o exercício, ascendia 4.256.577 euros.</p> <p>Esses rendimentos advêm essencialmente, da administração de bens de clientes e serviços de consultoria prestados nesse âmbito.</p> <p>O reconhecimento e calculo desses rendimentos assenta num sistema informático específico.</p> <p>Dada a relevância e modo de determinação desses rendimentos consideramos este processo como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a análise dos procedimentos de controlo implementados pela Entidade mais relevantes; - o recalculo, numa base de amostragem, dos rendimentos reconhecidos relativos a alguns clientes e em determinado período; - a verificação, numa base de amostragem, do recebimento dos rendimentos reconhecidos; e - uma revisão analítica da evolução dos rendimentos e sua correlação com os valores de clientes sob administração.
<p>Salvaguarda dos bens de clientes (Notas 1.2.h) e 20 do Anexo às demonstrações financeiras)</p>	
<p>Em de dezembro de 2016 os valores de clientes sob administração da Entidade, ascendiam a 587.470.646 euros.</p> <p>Dada a natureza da atividade da Entidade a salvaguarda dos bens de clientes sob sua administração reveste de especial importância e encontra-se sujeita a diversas obrigações legais e contratuais.</p> <p>Dada a sua relevância entendemos ser uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a análise dos procedimentos de controlo implementados pela Entidade mais relevantes; - a conciliação das informações prestadas por as entidades externas e as demonstrações financeiras; e - a conciliação das rubricas de clientes e depósitos à ordem afetos a clientes.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;



- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores de **Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.** pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 19 de dezembro de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 8 do artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Porto, 24 de abril de 2017



PKF & Associados, SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

Luís Miguel Damas (ROC n.º 1326 / CMVM n.º 20160936)

